



CÉLIA CRISTINA  
SALVADOR  
PIMENTA DA  
SILVA VICENTE

**A PRÁTICA DE RELATO  
INTEGRADO  
ESTUDO DE CASO: GALP ENERGIA**

Relatório de Dissertação do Mestrado em  
Contabilidade e Finanças

**ORIENTADOR**

Professor Doutor Francisco Carreira

Maio de 2020

CÉLIA CRISTINA  
SALVADOR  
PIMENTA DA  
SILVA VICENTE

**A PRÁTICA DE RELATO  
INTEGRADO  
ESTUDO DE CASO: GALP ENERGIA**

**JÚRI**

*Presidente:* Prof. Doutor Francisco Leote, ESCE-IPS

*Orientador:* Prof. Doutor Francisco Carreira, ESCE-IPS

*Vogal:* Prof. Doutor José Pires dos Reis, IPBeja

Maio de 2020

# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Professor Doutor Francisco José Alegria Carreira, pelo apoio e a sua disponibilidade na elaboração deste trabalho.

Ao meu marido, Guilherme Vicente, pelo apoio e força que me foi passando nos momentos mais difíceis deste percurso.

À minha filha, Íris Vicente, pois é principalmente a pensar nela que dediquei tantas horas na elaboração deste trabalho.

Por fim, um agradecimento especial à minha família, pais, irmã e sogros, pois sem o seu apoio não teria sido possível a concretização da dissertação.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Resumo

A presente dissertação pretende mostrar em que medida é que o relato integrado é um importante instrumento contabilístico de divulgação da informação financeira e não financeira para as empresas.

A globalização dos mercados e a sua consequente competitividade faz com que as empresas se tornem mais competitivas e procurem fazer o seu relato integrado de forma clara e objetiva, direcionada para os seus *stakeholders*.

Este trabalho de investigação é composto por duas partes: a primeira parte é composta pela revisão da literatura, onde foram descritos os conceitos acerca do relato das organizações, o relato financeiro e não financeiro e do relato integrado, foi efetuada uma breve descrição da evolução do GRI, desde o G1 até às Normas do GRI, na segunda parte, foi efetuado o estudo de caso da empresa Galp Energia relativamente à entrega e conteúdos do relatório integrado do ano 2018, mas fazendo também uma breve análise aos anos anteriores de 2016 e 2017.

Com base no estudo de caso efetuado à empresa Galp Energia, podemos afirmar que esta apresentou o seu relatório integrado do ano 2018, baseado nas Normas do GRI, onde foram incluídas todas as informações financeiras e não financeiras num único documento essencial de divulgação aos seus utilizadores, de forma clara e concisa.

Palavras Chave: Relato Integrado; Normas GRI; Informação Financeira e Não Financeira; *Stakeholders*.

# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

## **Abstract**

This dissertation aims to show to what extent integrated reporting is an important accounting instrument for the disclosure of financial and non-financial information to companies.

The globalization of markets and their consequent competitiveness makes companies become more competitive and seek to make their integrated reporting clear and objective, directed to their stakeholders.

This research work is composed of two parts: the first part is the literature review, where the concepts about the reporting of the organizations, the financial and non-financial reporting and the integrated reporting were described. GRI, from G1 to GRI Standards, in the second part, the Galp Energia company case study was carried out regarding the delivery and contents of the integrated report for the year 2018, but also making a brief analysis of the previous years of 2016 and 2017.

Based on the case study of Galp Energia, we can state that Galp Energia presented its integrated report of the year 2018, based on the GRI Standards, which included all financial and non-financial information in a single essential disclosure document to its users, clearly and concisely.

**Key Words:** Integrated Reporting; GRI Standards; Financial and Non-Financial Information; Stakeholders.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Índice geral

Lista de Figuras .....	v
Lista de Quadros.....	v
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	vi
Introdução.....	1
Parte I – Revisão da Literatura .....	2
1. Conceito e Evolução de Relato Integrado .....	2
2. O Relato das Organizações.....	11
2.1. Relato Financeiro.....	12
2.2. Relato Não Financeiro .....	15
2.2.1. Relato de Sustentabilidade.....	16
2.3. Relato Integrado .....	17
2.4. GRI – A evolução de G1 até G4 e as Normas do GRI .....	21
Parte II – Estudo de Caso .....	33
3. Metodologia e Abordagem.....	33
4. Caracterização do estudo de caso: Galp Energia.....	35
4.1. Relato Integrado da Galp Energia no ano 2016.....	38
4.2. Relato Integrado da Galp Energia no ano 2017.....	39
4.3. Relato Integrado da Galp Energia no ano 2018.....	40
5. Análise dos resultados obtidos .....	42
Conclusão .....	58
Limitações e linhas de investigação futuras .....	60
Referências Bibliográficas.....	61
Anexos.....	66

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Lista de Figuras

Figura 1 - Os capitais do relato empresarial.....	7
Figura 2 - Evolução do relato empresarial .....	12
Figura 3 - Quadro Internacional de Relato Integrado.....	19
Figura 4 - Evolução do GRI.....	29
Figura 5 - Relatório Integrado da Galp 2016 .....	38
Figura 6 - Relatório Integrado da Galp 2017 .....	39
Figura 7 - Relatório Integrado da Galp 2018 .....	41

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Normas Específicas por categorias .....	25
Quadro 2 - Critérios “De acordo”: Opções <i>Core</i> e a <i>Comprehensive</i> .....	26
Quadro 3 - Comparações GRI Standards 2017 e 2018 .....	51

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Lista de Siglas e Abreviaturas

<b>A4S</b>	Accounting for Sustainability
<b>CC</b>	Contabilista Certificado
<b>CIRC</b>	Código do Imposto do Rendimento das Pessoas Coletivas
<b>CLC</b>	Certificação Legal das Contas
<b>CMVM</b>	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
<b>CRS</b>	Corporate Social Responsibility Reporting
<b>CSC</b>	Código das Sociedades Comerciais
<b>CVM</b>	Código dos Valores Mobiliários
<b>DMA</b>	Divulgação sobre Abordagem de Gestão
<b>EITI</b>	Extractive Industries Transparency Initiative
<b>FASB</b>	Financial Accounting Standards Board
<b>FSB</b>	Financial Stability Board
<b>GRI</b>	Global Reporting Initiative
<b>IASB</b>	International Accounting Standards Board
<b>IES</b>	Informação Empresarial Simplificada
<b>IIRC</b>	International Integrated Reporting Council
<b>IFRS</b>	Normas Internacionais de Relato Financeiro
<b>RI</b>	Relato Integrado
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>ROC</b>	Revisor Oficial de Contas
<b>SER</b>	Social and Environmental Reporting
<b>SNC</b>	Sistema de Normalização Contabilística
<b>SR</b>	Sustainability Reporting
<b>TCFD</b>	Task Force on Climate-related Financial Disclosure
<b>UNGG</b>	United Nations Global Compact



# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Introdução

O relato integrado é uma ferramenta de comunicação e de prestação de contas consistente e global da informação empresarial, que permite aos acionistas e às partes interessadas ter uma imagem mais abrangente do modo de desempenho das empresas.

O relato integrado tem como objetivo relatar a informação financeira e não financeira de uma forma bem definida garantindo uma comparabilidade e fiabilidade aos preparadores e utilizadores da informação no negócio da empresa e de explicar como a organização pode gerar valor ao longo do tempo para todas as partes interessadas, incluindo empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, credores, estado, entre outros.

O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de relato integrado, compreender as suas finalidades, na forma de relato e analisar o relatório integrado da Galp Energia para o ano 2018 e quais as Normas do GRI adotadas.

Este trabalho foi estruturado em duas partes: na primeira parte, a revisão da literatura, foi feita uma breve descrição da evolução do GRI, desde o aparecimento do G1 até às atuais Normas do GRI, e foram abordados os conceitos acerca do relato das organizações, como o relato financeiro e não financeiro e o relato integrado; na segunda parte, o estudo de caso da empresa Galp Energia referente à entrega do relato integrado do ano 2018 e análise aos seus conteúdos, fazendo também uma comparação ao ano 2017 e uma breve análise ao ano 2016.

Com base no estudo de caso podemos afirmar que o relatório integrado deve ser elaborado de forma coerente e estruturado, com a informação financeira e não financeira, divulgando as demonstrações financeiras, bem como a informação de responsabilidade social e ambiental e de desenvolvimento sustentável, de modo a que os *stakeholders*, possam aceder a uma visão global, clara e precisa da empresa.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Parte I – Revisão da Literatura

### 1. Conceito e Evolução de Relato Integrado

O conceito de Relato Integrado (RI) surgiu, em dezembro de 2009, quando a *Accounting for Sustainability* (A4S) e a *Global Reporting Initiative* (GRI) convocaram um encontro entre *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo da criação de um novo relato que contemplasse a informação da empresa a nível do seu negócio e que fosse acreditada universalmente.

Foi então, criada a primeira entidade responsável pela elaboração do Relato Integrado, em agosto de 2010, a *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que teve como funções o desenvolvimento, a sensibilização da preparação e a utilização da informação, a verificação de normas, com vista a um modelo de relato integrado destinado aos *stakeholders*<sup>1</sup>.

O IIRC é formado por reguladores, por investidores, por empresas, por entidades que definem certos padrões, por profissionais de contabilidade e de organizações não-governamentais, tendo como base a sua criação duas organizações sem fins lucrativos:

- ✓ A GRI que pretende promover o uso de relatórios de sustentabilidade com objetivo de tornar as empresas mais sustentáveis e assim contribuírem para o seu desenvolvimento sustentável;
- ✓ A A4S que tem como atividade desenvolver relatórios que se prendem com os impactos e mudanças climáticas, o consumo excessivo de recursos naturais finitos, questões de sustentabilidade que devem ser evidenciadas nas tomadas de decisão e estratégias das organizações.

O objetivo destas entidades é criar um padrão internacional de relatório de sustentabilidade, que contenha indicadores e princípios para que as organizações possam medir e divulgar o seu desempenho económico, social e ambiental, de um modo transparente e confiável quanto à sua informação divulgada.

---

<sup>1</sup> *Stakeholder* é um termo da língua inglesa que tem como significado "grupo de interesse", fazem parte deste grupo pessoas que possuem algum tipo de interesse nos processos e resultados da empresa, como por exemplo: Acionistas, Investidores, Proprietários, Empregados, Clientes, Fornecedores, Estado e Concorrentes.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Estas informações não financeiras poderão criar riscos e oportunidades, na criação, preservação ou deterioração de valor nas organizações.

O IIRC tem como objetivo estabelecer um novo modelo de relato organizacional, sendo que a estrutura concetual do *Integrated Reporting* é uma abordagem baseada em princípios, que definem os conceitos fundamentais, os elementos de conteúdo e, também, os princípios de um novo modelo de relato.

O documento do IIRC, “é composto por seis componentes principais, suportadas por cinco princípios orientadores que são essenciais aos relatórios para que estes tenham um foco estratégico onde se relacionem e se transmitam informações concisas e fiáveis aos *stakeholders*” (Pereira, 2016).

No Relato Integrado existem seis componentes principais:

1. Perspetivas futuras, o que se pretende com a introdução do relato integrado;
2. Contexto operacional, abrange os riscos e as oportunidades de uma empresa de modo a que se entenda em que contexto está inserida na elaboração do relato integrado para prevenir os riscos e criar oportunidades;
3. Objetivos estratégicos, são essenciais na medida em que exista um plano estratégico para que sejam atingidos certos objetivos de acordo com a estratégia planeada pela empresa;
4. Resumo organizacional e modelo de negócio, é importante que a empresa tenha um modelo criado de acordo com os seus objetivos e características de forma organizada;
5. *Performance*, é essencial para o crescimento de uma empresa, sendo a peça fundamental na elaboração de um relato integrado;
6. *Governance* e Remuneração, os modelos de *Governance* são essenciais para o equilíbrio dentro da empresa, bem como o respeitar os prazos de remuneração aos seus colaboradores.

Estas seis componentes, estão interligados a cinco princípios fundamentais, que são:

1. O foco estratégico, pois deve existir um objetivo, em que se pretende atingir e chamar a atenção para o mesmo;
2. A comodidade da informação, com a obtenção da informação por meios fidedignos, para que essa seja verdadeira, dê confiança e estabilidade aos trabalhos a executar;

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

3. A orientação para o futuro, para que sejam direcionados os pressupostos do presente para que se obtenha o objetivo no futuro;
4. A capacidade de resposta e inclusão das partes interessadas, para a prestação e clareza da informação, assim como a familiaridade com os *stakeholders*;
5. A concisão, confiabilidade e materialidade, que devem ser precisos e devem transmitir a confiança para os *stakeholders*.

Estes princípios estabelecidos pelo IIRC podem ser flexíveis e adaptáveis a diferentes realidades económicas, mas podem surgir problemas na mensuração e criação de indicadores que quantifiquem a avaliação de desempenho e de sustentabilidade das organizações.

Para Thomson (2014) a contabilidade sustentável deve apresentar-se com robustez quantitativa, evidência conjunta, relevância, materialidade, comparabilidade, confiança, segurança e com uma linguagem entendível e inteligível dentro da empresa para os decisores. A não obrigatoriedade, a falta de fiscalização e a falta de linhas orientadoras sobre a mensuração e a sua divulgação podem pôr em risco a comparabilidade, a utilidade, a relevância e a fiabilidade da informação prestada aos seus utilizadores.

Surge, também, o problema da linguagem, mas a *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas* (AECA) desenvolveu taxonomia designada como *Extensible Business Reporting Language* – XBRL (Bonsón e Bednárová, 2014), que facilita a comparabilidade entre empresas e aumenta a transparência na informação, melhora o conhecimento ao nível da responsabilidade social empresarial, de acordo com os requisitos do IIRC, sendo reconhecida internacionalmente em dezembro de 2007 com a designação de “taxonomia para a responsabilidade social empresarial”.

Em junho de 2010, o seu nome sofreu um aditamento *scorecard* para a taxonomia para a responsabilidade social empresarial, e em 2013, surgiu a última versão por seu nome de *Integrated Scorecard Taxonomia* (Bonsón e Bednárová, 2014).

Em novembro de 2012 foi criado um protótipo de uma grelha de informação para o relato, foi o início da abordagem aos relatos empresariais e de responsabilidade social, assim como a influência na *performance* financeira e não financeira, o relato voluntário de modo a informar os *stakeholders* e no acréscimo de valor aos *shareholders*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> *Shareholder* é uma palavra em inglês bastante comum no contexto empresarial, que em português significa acionista, ou seja, é uma pessoa que possui pelo menos uma ação de uma organização ou empresa.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Mais tarde, em abril de 2013, foi apresentado um esboço, apenas para consulta, em que o objetivo era receber contributos para melhorar a transparência, rigor e comparabilidade da informação.

Os relatos empresariais encontram-se desatualizados, na forma como as empresas fazem os seus negócios, conforme refere o IIRC (2011), a divulgação da informação das empresas precisa de evoluir e para isso foi criado uma *framework*<sup>3</sup> que fosse mais capaz de abranger toda a complexidade e diferentes padrões de relatórios.

Em dezembro de 2013, é apresentada a última versão, o documento final da *framework* do relato integrado, pelo que o IIRC não havia estabelecido indicadores ou métricas para o mesmo.

Druckman (2013), segundo Faria (2015), defende que o RI não é, apenas, outro tipo de relatório, mas uma evolução na forma de relato.

A primeira publicação da estrutura conceptual para o RI surgiu, em 2013, e era baseada num modelo de relato existente na África do Sul (Fried et al., 2014). A estrutura concetual foi aplicada numa base voluntária com um modelo experimental de RI por um número crescente de organizações.

O IIRC definiu, ainda, um conjunto de seis capitais que formam as principais componentes de relato empresarial, e que funcionam como um fundo de valor que é capaz de aumentar ou diminuir dependendo do desenvolvimento do negócio, tal como mostra a Figura 1, e são eles:

1. Capital financeiro, é composto por um conjunto de recursos dentro da empresa que são utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços, e que se obtém através de financiamentos ou de investimentos realizados;
2. Capital manufaturado, trata-se de um conjunto de objetos físicos naturais manufaturados disponíveis na empresa que se destinam ao uso na produção de bens ou na prestação de serviços, tais como os equipamentos, os prédios, infraestruturas de estradas, pontes, portos, plantas para o tratamento de águas residuais e de água potável, incluindo os ativos para venda ou retidos para dar apoio funcional à empresas;

---

<sup>3</sup> *Framework* é uma estrutura conceitual básica que permite a movimentação homogênea de diferentes objetos de negócio. Serve para incrementar a disciplina de gestão e predefinir pontos comuns para cada objeto de negócio.

## **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

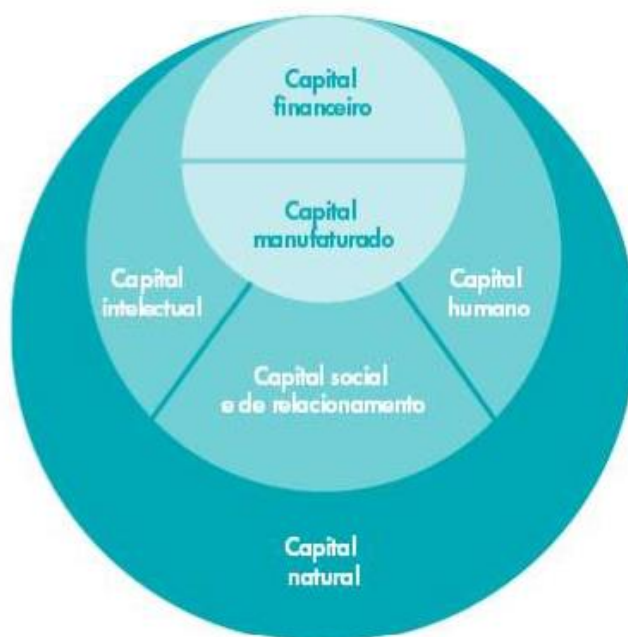
**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

3. Capital intelectual e organizacional, estão incluídos os intangíveis organizacionais que têm por base o conhecimento tático de sistemas, de procedimentos e protocolos, tais como as patentes, os direitos autorais, o software, os direitos e licenças;
4. Capital social e relacional, este capital abrange todos os outros, é o mais complexo, pois faz o relacionamento entre as empresas e a comunidade onde se insere, nos grupos de partes interessadas e outras redes de partilha com a finalidade de alcançar o bem-estar coletivo e individual. Este capital inclui padrões partilhados de valores e comportamentos comuns, relacionamentos entre partes interessadas, compromisso e confiança entre empresa e partes interessadas de forma a construir e proteger, intangíveis associados as marcas e reputação desenvolvida, licença social para a organização trabalhar, entre outros;
5. Capital humano, incide sobre os recursos humanos da empresa, verificando as competências, as habilidades e a experiência das pessoas, bem como das suas motivações com o intuito de inovar. Faz a certificação em que os recursos humanos devem encontrar-se alinhados com o governo e a estrutura da organização, apoiando na gestão de conflitos e outros riscos laborais, incentivando a ética e entendimento, a lealdade e a motivação, para a evolução do empregado, valorizando-o e mostrando que faz parte da estratégia da empresa, fomentando a capacidade de liderança, de cooperação e gestão;
6. Capital natural, é composto por recursos ambientais renováveis e não renováveis, bem como os processos ambientais que fornecem bens ou serviços de apoio à prosperidade passada, presente e futura de uma empresa, tais como os recursos de água, terra, minerais, floresta, a biodiversidade e a qualidade do ecossistema.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Figura 1 - Os capitais do relato empresarial



Fonte: IIRC (2013)

É de salientar que o êxito de uma empresa, depende dos seus diferentes tipos de capital. No IIRC os capitais podem gerar um aumento ou diminuição de valor, consoante o negócio da empresa, e cada capital é alocado a um negócio em específico.

Estes capitais podem ser mais ou menos relevantes ou adequados, dependendo do tipo de organização, podendo ser mais ou menos importantes para o seu negócio e dimensão da empresa, mas relativamente, a pequenas e microempresas deve ser feita uma avaliação de custo benefício na elaboração dessa informação.

Para Barkemeyer, Stringer Hollins e Josephi (2015) os relatos da informação sobre a envolvente interna e externa incorporam vários elementos tais como as demonstrações sobre capital intelectual, resultados e *performance* financeira, estratégias empresariais, governo das empresas, atividades para a criação de valor e sustentabilidade das operações de negócios, envolvente social e ambiental.

Para Whitehouse (2013), o RI constitui o próximo passo no relato empresarial. Para Tomé (2014) o RI surge como complemento ao relato de sustentabilidade, com o objetivo de promover a melhoria de informação e preencher lacunas quer da contabilidade financeira assim como dos relatos de sustentabilidade.

# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

Tomé e Meira (2014) defendem que com o RI se estimula a inovação no relato empresarial e fomenta-se a integração e conectividade da informação, afastando o relato numeroso, desconexo e estático.

O IIRC encontra-se numa fase de forte dinâmica quanto à sua estratégia, focada e direcionada no seu objetivo de pensar e relatar de forma integrada para ser uma norma global (IIRC 2014-2018).

A 22 de outubro de 2014, foi publicada a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.

A Diretiva exige o reporte anual da informação não financeira para as grandes empresas de utilidade pública, de acordo com o Artigo 19º-A da Diretiva 2014/95/UE:

“1. As grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o critério do número médio de 500 empregados durante o exercício financeiro, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira que contenha informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- a) Uma breve descrição do modelo empresarial da empresa;
- b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;
- c) Os resultados dessas políticas;
- d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios, e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;
- e) Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.”



# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

Nesta Diretiva as Pequenas e Médias Empresas (PME) embora não estejam enquadradas diretamente, são fornecedoras das grandes empresas, o que terão de fornecer as informações necessárias às Grandes Empresas que são suas clientes, conforme o ponto 6 da Diretiva:

(...) “Os riscos dos efeitos adversos podem ter origem nas próprias atividades da empresa ou podem estar relacionados com as suas operações e, se relevante e proporcionado, com os produtos, os serviços ou as relações empresariais da mesma, incluindo com as cadeias de abastecimento e de subcontratação da empresa ... A demonstração não financeira deverá incluir também, ...informações sobre os processos de diligência devida aplicados pelas empresas, nomeadamente no que se refere às cadeias de abastecimento e de subcontratação, a fim de identificar, prevenir e mitigar os efeitos adversos reais e potenciais”.

As PME, embora, não estejam obrigadas a entregar esta informação não financeira, serão afetadas na medida em que irão sentir a pressão do mercado para, também, elaborarem os seus relatórios de sustentabilidade.

Além disso as PME são os fornecedores das grandes empresas o que implica que essa informação seja incluída acerca dos processos de diligência aplicados pelas empresas às cadeias de abastecimento e de subcontratação, em conformidade com a diretiva.

As PME exportadoras, também, serão afetadas relativamente à sua competitividade, se não apresentarem as suas informações não financeiras, pois os seus principais clientes serão as grandes empresas europeias, que irão questioná-las acerca da sua gestão de risco ambiental, social, de direitos humanos e de combate à corrupção.

Em Portugal, a 28 de julho de 2017, foi publicado o Decreto-Lei 89/2017, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE, referente à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e de grupos.

A responsabilidade social das empresas contribui de uma forma decisiva quanto à análise do desempenho e impacto na sociedade através da divulgação das informações não financeiras, relativamente, às áreas sociais, ambientais e de governo societário, identificando os riscos de sustentabilidade das empresas, reforçando a confiança dos consumidores e investidores.

## **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

As grandes empresas de todos os setores, ao prestarem esta informação não financeira divulgada na União Europeia, permite-lhes o reforço da transparência e da sua coerência em todos os Estados- Membros.

Assim, todas as grandes empresas, incluindo as empresas-mãe de grandes grupos, as empresas cotadas em bolsa, seguradoras, bancos, fundos de investimento e sociedades de capital de risco e empresas públicas, que tenham em média mais de 500 trabalhadores e o estatuto legal de entidade de interesse público, devem, anualmente, a partir de janeiro de 2017, apresentar uma demonstração não financeira, de forma individual num relatório separado, ou incluído no relatório de gestão da empresa, elaborado pelos seus órgãos de administração, onde conste as informações não financeiras, de forma perceptível da evolução, da posição, do desempenho e do seu impacto relativamente às suas atividades a nível de questões ambientais, sociais, dos seus trabalhadores, à não discriminação, à igualdade entre homens e mulheres, ao respeito dos direitos humanos, bem como ao combate à corrupção e tentativas de suborno.

Para o fornecimento destas informações, as empresas que estão abrangidas por esta Diretiva, podem recorrer a sistemas nacionais, aos sistemas da União, assim como o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, ou, também, a sistemas internacionais, neste caso o Pacto Global das Nações Unidas “Proteger, Respeitar e Reparar”, ou também as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, a norma ISO 26000 da Organização Internacional de Normalização, que mede o desempenho e melhoramento para o comportamento socialmente responsável da empresa, a Declaração de Princípios Tripartida da Organização Internacional do Trabalho relativamente às empresas multinacionais, a sua política social, Iniciativa Global acerca da elaboração dos relatórios e outros quadros internacionais.

Assim, as empresas devem seguir as orientações metodológicas de relato, que são elaboradas pela Comissão Europeia.

A demonstração não financeira deve ser incluída no relatório de gestão anual, assim como a política de diversidade que é aplicada pela empresa e deve ser certificada pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), e proceder-se à criação do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais, para que os membros do Conselho de Administração, os Gerentes ou Dirigentes, das Sociedades Anónimas, Sociedades por Quotas ou até Cooperativas, possam autenticar e assinar eletronicamente, a validação da sua qualidade profissional.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Com a publicação do Decreto-Lei 89/2017, o Código das Sociedades Comerciais (CSC) é alterado nos artigos 65º, 451º e 528º, e é aditado o artigo 66º-B, 508º-G e 546º. O artigo 66-B – Demonstração não financeira – do CSC descreve que, as grandes empresas com mais de 500 trabalhadores devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira, com informações da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes no mínimo a questões ambientais, sociais, e dos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e tentativas de suborno.

## 2. O Relato das Organizações

As organizações quer sejam privadas, quer sejam públicas, quer sejam da economia social, tem vindo a acompanhar as várias mudanças resultantes da globalização, da evolução e até da crise económica.

Nas organizações existem vários tipos de relatos que divulgam as suas informações que se podem dividir em dois grandes grupos: a informação financeira e a informação não financeira.

Estas informações são direcionadas para os *stakeholders*, na tomada de decisões, integrando os investidores, financiadores e a sociedade em geral.

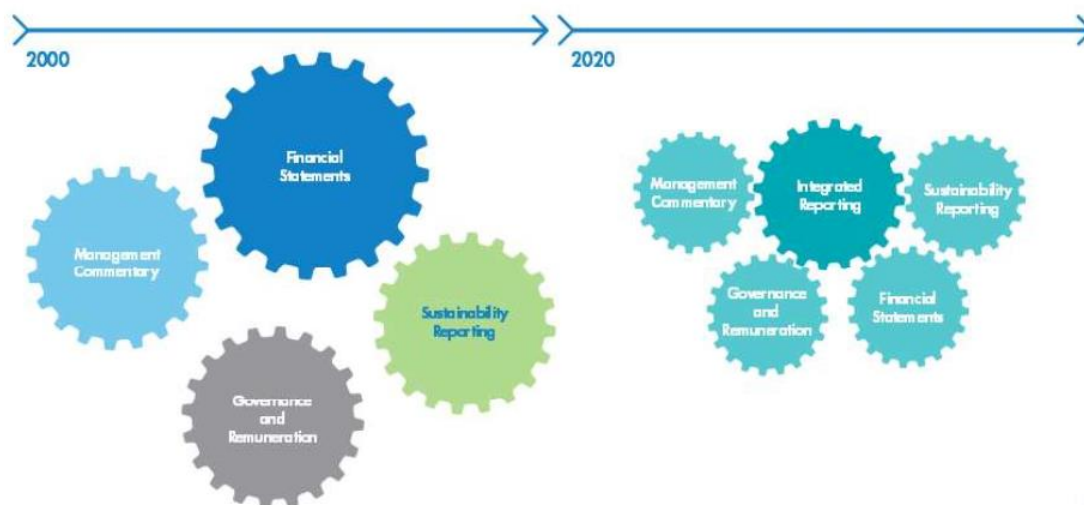
A sociedade civil pressiona as organizações a divulgarem informações, que posteriormente, são utilizadas para promulgarem um processo de compromisso que leva à transformação (Eccles e Spiesshofer, 2017).

De acordo com o IIRC (2011), os relatos empresariais estão desatualizados, devido à grande evolução ocorrida nas organizações, no modo em como fazem os seus negócios, é preciso evoluir e alterar a forma em como as empresas divulgam as suas informações, e para isso foi criada uma *framework*, onde acumule a complexidade e reúna os vários padrões de relatórios. A Figura 2 mostra-nos a evolução do Relato Empresarial de acordo com o IIRC.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Figura 2 - Evolução do relato empresarial



Fonte: IIRC (2011, pp. 6-7)

## 2.1. Relato Financeiro

O relato financeiro divulga a informação contabilística, e é uma das principais fontes de informação de natureza financeira ou contabilística das empresas para os investidores, mas existem falhas nessas informações ao nível da estratégia, dos riscos e do desempenho no futuro. Adicionalmente são, também, considerados relatórios muito extensos e de difícil compreensão e são mais direcionados para técnicos especializados.

Estes relatórios, nomeadamente, não apresentam qualquer informação não financeira, tais como: a satisfação dos clientes e dos fornecedores, o desempenho ambiental e social das empresas. A contabilidade deve acompanhar os desafios das empresas, para que possa dar informações mais úteis sobre a entidade de relato aos investidores, financiadores e outros credores, para a tomada de decisão relativamente a disponibilização de recursos na organização.

O relato financeiro é obrigatório e é apresentado anualmente pelas organizações, tem uma estrutura concetual que é definida por entidades reguladoras, onde existem regras para a elaboração da informação nos modelos de demonstrações financeiras a serem divulgados.

É de salientar, que existe também o relatório financeiro intercalar (RFI) que consiste numa divulgação efetuada pelas organizações, que cobre um período inferior ao ano económico e que tem como objetivo proporcionar uma atualização da informação financeira divulgada no relatório anual, devendo enfatizar novas atividades, circunstâncias e/ou acontecimentos

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

ocorridas entretanto, desde o último período de relato até ao período de relato (intercalar) em curso.

Quanto ao relato financeiro, é produzido pela contabilidade através das demonstrações financeiras e são fundamentais para a tomada de decisões económicas e financeiras dos gestores nas organizações, investidores, credores, clientes, entre outros. Esta informação financeira deve ser útil e credível e deve respeitar as características qualitativas da contabilidade:

- A relevância faz a avaliação do impacto da informação nos indivíduos, baseado nas decisões tomadas, tendo em conta o tempo que essa informação financeira é emitida até ser rececionada pelos utentes, pois vai diminuindo com o tempo e cada vez é menos relevante;
- A materialidade mede-se pelo impacto material e financeiro que a informação financeira transmite aos utentes;
- A fiabilidade faz a avaliação ao erro da informação, verificando qual a margem de omissão e juízos da informação antes desta chegar aos seus utentes, pois quanto mais fiável for a informação, maior a qualidade de utilização da informação;
- A comparabilidade é qualidade que a informação terá para que possa ser comparada com outra, de forma normalizada, para que seja bem compreendida e comparada com outras.
- A compreensibilidade é a capacidade que a informação financeira contém para que possa ser compreendida pelos seus utentes. Foi uma das características introduzidas pelo IASB.

Estas características estão incluídas na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que tem por base a Estrutura Concetual do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Toda a informação financeira, para a elaboração do relato financeiro deve respeitar as Normas Internacionais de Contabilidade – *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As normas contabilísticas utilizadas em Portugal foram instituídas, em abril de 2008, pelo SNC, o qual tem por base a normalização contabilística internacional.

# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

O SNC tem como suporte o quadro do IASB e é constituído por elementos fundamentais: a Estrutura Concetual; as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras; os Modelos de Demonstrações Financeiras; o Código de Contas; as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro; e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades.

As organizações prestam contas anuais através da divulgação da sua informação financeira, nas demonstrações financeiras, que servem para mostrar a sua situação económico-financeira, após aprovação em Assembleia Geral da empresa.

Para a prestação de contas são necessárias as demonstrações financeiras, o Relatório de Gestão, e a Certificação Legal das Contas (CLC).

Existem quatro tipos de demonstrações financeiras, a que as empresas estão obrigadas a prestar contas anualmente: o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo.

No balanço, a empresa apresenta os valores do ativo, do passivo e do capital próprio, ou seja, o património da empresa no final de cada ano.

Na demonstração de resultados, a empresa revela os seus rendimentos e gastos, quantificando o seu desempenho no período anual do seu exercício.

Na demonstração de fluxos de caixa, a empresa apresenta todas as entradas e saídas de capital durante o ano.

No anexo ao balanço e à demonstração de resultados, a empresa apresenta um conjunto de informações detalhadas sobre as quantias incluídas nas demonstrações financeiras.

Os órgãos de gestão das empresas, tais como a administração, gerência ou direção, devem apresentar o seu desempenho e evolução dos negócios, a posição da sociedade, bem como dos principais riscos e incertezas de acordo com as contas apresentadas nas demonstrações financeiras, através da elaboração do Relatório de Gestão, conforme o Artigo 66º do CSC.

Todos estes documentos são elaborados por Contabilistas Certificados (CC), são assinados pelos órgãos de gestão e certificados legalmente pelos ROC, os quais emitem a certificação legal de contas.

Os documentos da prestação de contas devem ser aprovados em Assembleia Geral das empresas, nos primeiros três meses de cada ano civil, após essa aprovação do relatório de contas, procede-se à entrega, até ao último dia dos meses de maio, do modelo 22 do Código do

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Imposto do Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), e até 15 de julho a entrega por via eletrónica da Informação Empresarial Simplificada (IES) com a informação de natureza contabilística, fiscal e estatística.

Verificam-se que todos estes documentos apresentados são de natureza económica e financeira focando-se principalmente, no reconhecimento, mensuração de ativos, passivos, gastos e rendimentos, na apresentação e divulgação.

Segundo Carreira e Damião (2013), a informação que é divulgada aos diferentes *stakeholders* é a resultante da contabilidade financeira direcionadas aos *shareholders*.

## 2.2. Relato Não Financeiro

O relato não financeiro está relacionado com a sustentabilidade da organização, onde consta a sua estratégia sustentável com a criação de valor para os acionistas, de forma sustentável perante a sociedade para a garantia da sua continuidade.

O relato não financeiro pode ter o formato de um relato de responsabilidade social - *Corporate Social Responsibility Reporting* (CRS), de relato social e ambiental - *Social and Environmental Reporting* (SER) ou de relato de sustentabilidade - *Sustainability Reporting* (SR).

Devido ao aparecimento da divulgação da informação não financeira surgiram diversas organizações que criaram e desenvolveram guias para o relato de sustentabilidade que permitem a comparabilidade e credibilidade dos relatos das organizações.

O *Institute of Social and Ethical Accountability* e a *Global Report Initiative* (GRI), são organizações que desenvolveram os modelos de auditoria e de relato mais credíveis e aceites para a elaboração dos relatos sociais e ambientais das organizações.

Neste contexto de divulgação da informação de responsabilidade social e ambiental em relatórios independentes dos relatórios apresentados anualmente pelas organizações, começaram a surgir dificuldades no entendimento dessa informação por parte dos utilizadores nas ligações entre diferentes impactos sociais, ambientais e económicos.

Surge então, em 2004, o *Princes Accounting for Sustainability Project* (A4S), com um projeto que tem como objetivo o desenvolvimento de orientações para diminuir a desconexão entre os relatórios divulgados pelas organizações, para um melhor entendimento da informação por parte dos leitores dos relatos de sustentabilidade, a nível de interação dos aspetos

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

económicos e sociais e sobre os impactos para as empresas, criando assim um caminho para o surgimento do Relato Integrado.

## 2.2.1. Relato de Sustentabilidade

No início dos anos 90 do século XX, tiveram lugar as primeiras publicações de relatórios de sustentabilidade, com o objetivo de fornecer aos *stakeholders* informações do desempenho da empresa através da vertente social, governação e ambiental (Eccles e Spiesshofer, 2017).

No decurso das últimas décadas tem sido um dos temas principais e que aparece no centro das atenções mundiais, o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável surge nos dias de hoje como um importante desafio global. Atualmente, a divulgação das práticas de desenvolvimento sustentável, são processos essencialmente voluntários, mas que vão alterando à medida que surgem regulamentos obrigatórios e legislação, para a sua apresentação.

O sucesso das empresas depende agora de uma nova forma de pensar e também de um novo modo de gerir, os desempenhos económicos estão cada vez mais ligados aos impactos ambientais e sociais das suas decisões e ações.

As organizações bem como os *stakeholders* dão cada vez mais importância à informação não financeira, mesmo os investidores que se focam essencialmente na rentabilidade das empresas, necessitam de compreender e avaliar o desempenho e valor de uma organização.

A GRI fundada, em 1997, desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento das diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, criando a possibilidade para que as empresas pudessem medir e reportar voluntariamente os seus desempenhos, nas dimensões económica, social, ambiental e de governação.

A GRI é uma organização sem fins lucrativos e tem sido pioneira no desenvolvimento das Diretrizes para os Relatórios de Sustentabilidade (Lozano, 2013).

Segundo Elkington (1997), as considerações ambientais concentram-se, apenas, em relatos sustentáveis, enquanto o *Triple Bottom Line*<sup>4</sup> é mais abrangente. O *Triple Bottom Line* considera a integração de três dimensões, a económica, a social e a ambiental, para a adoção das suas estratégias de longo prazo.

---

<sup>4</sup> Triple Bottom Line, ou Tripé da sustentabilidade (Social, Ambiental e Financeiro), que corresponde aos resultados de uma organização medidos em termos sociais, ambientais e económicos.



# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

De acordo com GRI, o relatório de sustentabilidade é a “prática de medir, divulgar e prestar contas para as partes interessadas quer internas, quer externas do desempenho de uma organização com intuito de alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável” (GRI, 2006).

Em Portugal, tal como na maioria dos países europeus, os relatórios de sustentabilidade são de publicação voluntária, o que torna difícil aos investidores fazerem comparações entre empresas dos seus desempenhos, mas para as empresas que os publicam, os relatórios de sustentabilidade podem ser uma mais valia, embora seja difícil para os investidores perceberem de que forma a sustentabilidade de uma empresa afete o processo de criação de valor numa organização.

A informação contida nos relatórios de sustentabilidade, raramente, é apresentada num contexto de modelo de negócio ou de uma estratégia de uma organização, tornando-se difícil para os investidores entenderem como a sustentabilidade pode afetar o processo de criação de valor de uma organização (Eccles e Serafeim, 2015).

Com a existência destas limitações surge a necessidade da criação de um novo instrumento financeiro, o relato integrado.

## **2.3. Relato Integrado**

O relato integrado é um documento onde as empresas podem definir as suas estratégias, o seu desempenho, a sua governança e as suas perspetivas, que levam à criação de valor a curto, médio e longo prazo.

O relato integrado pode demonstrar a interdependência dos recursos financeiros, industriais, humanos, intelectuais, sociais ou naturais e dos seus efeitos nas suas atividades sobre o meio ambiente envolvente, de modo a exercerem um papel fundamental nos compromissos de responsabilidade social com a transparência dos seus relatórios.

O relato integrado tem como objetivo a comunicação de um processo de forma explícita, de quais são as estratégias, os resultados e as previsões para a obtenção de criação de valor a curto, médio e longo prazo das empresas e dar uma visão de forma sustentável do negócio da empresa.

O relato integrado deve ser um relato conciso, claro, coerente e comparável, onde integra informação financeira e informação não financeira relevante, com uma estrutura que envolvem os objetivos estratégicos da empresa, a sua governação e o seu modelo de negócios.

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

O IIRC propõe uma Estrutura Internacional para o relato integrado, visando que o relato deve divulgar a geração de valor. O IIRC possui um *memorandum* de entendimento com o GRI, e outros parceiros, como a *Foundation for International Accounting Standards Board* (IFRS), a *International Federation of Accountants* (IFAC) e a *World Business Council for Sustainable Development*, (WBCSD), mantendo e divulgando em conjunto os seus objetivos.

As primeiras publicações dos relatórios integrados surgiram na Dinamarca e no Brasil por volta do ano de 2002, e passou a ser obrigatório na África do Sul.

A África do Sul passou a incluir os fundamentos de relato integrado dentro dos requisitos oficiais de divulgação de informações corporativas, devido ao lançamento do relatório *King III* publicado, a 1 de setembro de 2009, que representa um marco significativo na evolução da governança corporativa, trazendo oportunidades significativas para as organizações que adotam os seus princípios.

O IIRC em conjunto com o GRI, propõem uma estrutura internacional para o Relato Integrado com base numa série de princípios, que permitem às empresas um pensamento integrado e de conectividade de informação, deixando de produzir comunicações desconexas, estáticas e numerosas. Estes princípios orientadores entre a GRI e o IIRC, permitem uma melhoria de *accountability e sustainability*.

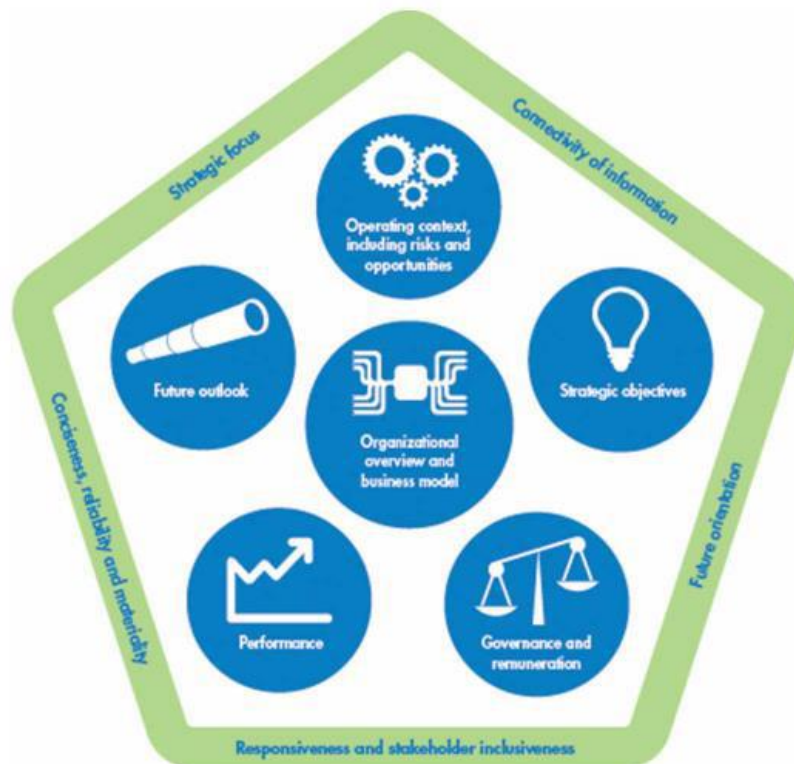
Os conteúdos de divulgação genérica do GRI podem ser classificados e divididos por várias classes ou níveis, económico, social e ambiental, mas também devem ser divulgadas informações consideradas relevantes, que a organização considere adequadas e apropriadas ao seu posicionamento e às suas estratégias.

O Relato Integrado é, assim, um processo de controlo e gestão que se obtém pela informação de um relatório periódico e que diz respeito à criação de valor a longo prazo, que contém uma informação concisa e abrangente da governação, da estratégia e do nível de desempenho das perspetivas que originam a criação de valor nas organizações, com objetivos, princípios e vantagens relativamente a outros tipos de relato, como mostra a Figura 3.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Figura 3 - Quadro Internacional de Relato Integrado



Fonte: Gareth Owen, página 347 retirado de An international integrated reporting framework.

Source: The IIRC Draft Discussion Paper (2013, p. 7).

Os principais objetivos do relato integrado são:

- Dar apoio às necessidades de informação dos investidores das empresas, de modo a informar as consequências a longo prazo e mais envolventes pela tomada de decisões na empresa;
- Analisar as interconexões entre o meio ambiente, a governação, a sociedade e os fatores financeiros na tomada de decisões que possam afetar o desempenho e a organização a longo prazo, mostrando a importância da relação entre a sustentabilidade e o seu valor económico;
- Fornecer os meios necessários para que os fatores ambientais e sociais sejam considerados no relato na tomada de decisão das empresas;
- Manter o equilíbrio dos indicadores de desempenho financeiro e económico de curto prazo;
- Fornecer uma informação que seja utilizada pelo órgão de gestão na administração da empresa no seu quotidiano.

# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

Os princípios do Relato Integrado são os seguintes:

- Importância estratégica e materialidade – tendo como objetivo o afastamento do cumprimento obrigatório de relatar por meio de indicadores/ rácios estatísticos ou outros para relatar de uma forma integrada centrada na estratégia relevante da empresa;
- Conectividade e articulação – a forma de apresentação da informação não é feita de maneira isolada, relativamente ao uso dos recursos energéticos que influenciam o seu negócio, como a sua marca, os seus produtos e serviços, bem como a sua sustentabilidade a longo prazo;
- Impacto ao longo da cadeia de valor – o relato sobre a utilização de recursos, emissões e direitos humanos, e da cadeia de valor da empresa, é num todo relevante;
- Horizonte temporal - este modelo integrado é incorporado na visão do desempenho do passado assim como os seus eventos no futuro, para que sejam fornecidas as informações sobre a dinâmica na indústria e nos mercados em que as organizações laboram;
- Consistência com a informação da gestão – neste modelo a informação deve ser relatada de forma fiel da gestão interna utilizada no negócio diário da empresa;
- Confiança – o relato da informação deve ser verídico de forma a ser comprovado;
- Flexível e capaz de evoluir com o tempo – o relato integrado deve ter um referencial que permita a sua evolução ao longo do tempo de modo a sofrer alterações que se justifiquem.
- Mudança comportamental – o relato deve atuar como um catalisador para a mudança comportamental.

Estes princípios devem ser flexíveis de modo a permitirem uma adequação à realidade das diferentes empresas, mas de forma a que possam ser comparadas, para isso devem respeitar um certo número de regras básicas, de acordo com a estrutura que é definida. Os princípios básicos de relato incidem sobre o foco estratégico e a sua prossecução, a sua conectividade de informação em relação às partes interessadas, respeitando os critérios de concisão, confiabilidade, materialidade, coerência, completude e a comparabilidade.

Estes princípios definem um conteúdo mínimo de estruturas que contemplam as envolventes interna e externa da organização, que fazem evidência à forma como o ambiente

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

externo interage com organização, a visão organizacional, o modelo de negócios da entidade, os riscos e oportunidades, a governação, o desempenho organizacional e a estratégia e alocação de recursos.

Estes conteúdos mínimos adotados por cada empresa devem utilizar indicadores adequados de por vezes de difícil mensuração, mas que possam refletir, sempre, o perfil organizacional, a sua estratégia de negócio, a ética, a integridade, a sua política de governação e o relacionamento com a comunidade.

No Relato Integrado existem algumas vantagens relativamente aos outros tipos de relato (IIRC,2011):

- Toda a informação que é disponibilizada é de uma forma adequada às expectativas e às necessidades dos investidores;
- Existe uma maior assertividade e clareza na informação não financeira que é direcionada aos fornecedores de dados;
- Os principais utilizadores ganham maior confiança nas informações fornecidas;
- Melhoram os níveis de gestão, eficiência e risco;
- Existe uma melhor orientação na obtenção de oportunidade de negócio;
- Os níveis de comprometimento com os clientes, fornecedores, investidores, empregados, comunidade local e outras partes interessadas aumentam.

## 2.4. GRI – A evolução de G1 até G4 e as Normas do GRI

O GRI é uma organização que é líder na área da sustentabilidade, que promove o uso de relatórios de sustentabilidade, para que as empresas os utilizem de forma a tornarem-se mais sustentáveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. O GRI foi uma organização pioneira que desenvolveu um conjunto de estruturas de relatórios de sustentabilidade que são elaborados por todo o mundo, e que visa a utilização de Diretrizes na execução dos relatórios de sustentabilidade, criando até ao momento quatro gerações de *guidelines* no relato sustentável.

A primeira *framework* G1 ficou disponível, em 2000, onde 50 empresas a adotaram, mais tarde, em 2002, foi disponibilizado o segundo quadro, o G2, onde foi aperfeiçoado com complementos, relativamente, à transparência do relato e foi adotado por 150 empresas.

Já no ano de 2006 devido à grande adesão às *guidelines* do GRI, ao desempenho das empresas e à exigência dos *stakeholders* foi disponibilizada, o G3, ou seja, a terceira geração

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

de linhas orientadoras, compostas por um conjunto de “indicadores de natureza económica, ambiental e social bem como orientações para a inclusão de conteúdos, quer em termos de relevância, quer em termos de extensão do relato” (Carreira e Palma, 2012).

No ano de 2011, o GRI atualizou a terceira geração passando para G3.1, que fornece orientações no desempenho da sustentabilidade, mas expande o relato aos Direitos Humanos, aos Impactos na Comunidade Local e Género (Carreira e Palma 2012).

Posteriormente, em 2014, surge a quarta geração, o G4, que dá mais ênfase à materialidade, trocar ou eliminar níveis de aplicação, fazendo aplicações do alcance, criando novos indicadores relativamente, ao governo, integridade, ética cadeia de mantimentos, harmonizando outras guias como o pacto social.

O G4 é composto pelos novos indicadores de desempenho classificados em três dimensões:

- Económica – está relacionado com as condições e os sistemas económicos, como o desempenho económico, os impactos económicos indiretos, a presença no mercado e aquisições, dependendo da gestão de cada organização;
- Ambiental – é relacionado com os impactos de sistemas naturais, como a água, terra, ar e ecossistemas. O G4 incluiu a novidade relacionada com a evolução ambiental dos fornecedores, relativamente a reclamações ambientais;
- Social – está relacionado com os impactos sociais, em que são compostos por quatro subcategorias: práticas laborais e trabalho digno, os direitos humanos, sociedade e responsabilidade do produto.

O G4 considera a materialidade como conceito fundamental, ou seja, são focados no que é material para o negócio da organização e para os *stakeholders*. Com a implementação do G4 e na organização é permitido o esclarecimento das preocupações reais dos *stakeholders*, bem como o fornecimento da informação de gestão que é relevante à empresa, assegura que as necessidades de informação dos vários *stakeholders* que são relevantes na prevenção de omissão de assuntos importantes, permite que seja alcançada uma redução dos custos que são associados ao relatório externo e interno e permite a demonstração da criação de valor para a sociedade em geral.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Todas estas questões resultam desafios para as organizações, assim como a compreensão da empresa, as necessidades dos *stakeholders*, bem como o processo de criação de valor e até a capacidade de reportar a informação acerca destes temas de uma forma compreensível e abrangente.

De acordo com os Princípios de Relato e as Normas de Divulgação, o G4 mostra-nos um quadro de apoio, para uma abordagem padronizada, que tem como finalidade a informação útil e credível aos mercados e à sociedade de forma coerente e transparente.

O G4 inclui um quadro elaborado para relatar a performance entre normas de sustentabilidade e diferentes códigos, fornecendo orientações para a divulgação de sustentabilidade em formatos de relatórios de sustentabilidade, relatórios integrados, relatórios anuais ou outro tipo de relatório que cumpra com as normas internacionais.

No G4 existem duas partes essenciais para a utilização das suas Diretrizes: Os Princípios de Relato e as Normas de Divulgação, onde são designados os critérios, as definições e explicações para que sejam aplicados na preparação dos relatórios de sustentabilidade; e o Manual de Implementação, que explica a forma de como aplicar os Princípios de Relato, a sua preparação na informação a divulgar, assim como a interpretação dos diversos conceitos nas Diretrizes.

Os passos a seguir na utilização das Diretrizes de modo a preparar o relatório é o seguinte:

- Obter uma visão geral, lendo os Princípios de Relato e Normas de Divulgação e as Definições dos Conceitos Chave;
- Escolher a opção preferida “DE ACORDO”, são oferecidas duas opções nas Diretrizes, para que a organização prepare o seu relatório de sustentabilidade “de acordo” com essas Diretrizes, a *Core* (testemunho) e *Comprehensive* (abrangente), onde podem ser aplicadas em organizações de qualquer tipo, sector, tamanho ou local;
- Preparação para divulgação nas Normas Gerais de Divulgação, onde são identificadas as Normas Gerais de Divulgação necessárias para a opção “de acordo” escolhida, a verificação da existência de Normas Gerais de Divulgação que se possam aplicar ao setor da organização, ler e compreender os Princípios para a Definição de Qualidade de Relatórios, planear os processos para a divulgação das Normas Gerais de Divulgação, consultar a informação disponível no Manual de Implementação com a explicação de



## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

como divulgar as Normas Gerais de Divulgação, completar adequadamente as Normas Gerais de Divulgação sob a secção “Aspetos relevantes identificados e Fronteiras”;

- Preparar para divulgar nas Normas Específicas de Divulgação, estas normas são de Divulgação sobre Abordagem de Gestão (DMA), Indicadores, onde são apresentados sob Categorias e Aspetos, identificar a DMA e Indicadores relacionados aos Aspetos Materiais, verificar se existem Aspetos e Normas Específicas de Divulgação que se apliquem ao setor da organização, ler os Princípios para a Definição da Qualidade, planear os processos necessários para a divulgação das Normas Específicas de Divulgação, o relatório deve conter DMA e os Indicadores para identificação de Aspetos materiais, sendo que os que são identificados como não materiais não necessitam de ser abrangidos no relatório, consultar a informação do Manual de Implementação para obter a explicação de como se divulgam as Normas Específicas de Divulgação, a informação de tópicos considerados materiais para as organizações que não sejam cobertos pela lista dos Aspetos do GRI podem também ser incluídos;
- Preparar o Relatório de Sustentabilidade, apresentar a toda a informação preparada, nos relatórios em papel e relatórios eletrónicos, baseados na web, são opções que as organizações podem escolher, dependendo das decisões da organização no seu período de relatório, e de atualizações de conteúdo, os supostos utilizadores do relatório entre outros fatores práticos assim como a estratégia de distribuição, a informação fornecida em web ou papel deve ser completa para os utilizadores no período do relatório.

Assim a nova geração é definida pelos Princípios de Relato e às Normas de Divulgação, no âmbito do G4, dando origem a dois quadros fundamentais à análise de cada empresa: Normas Gerais e Normas Específicas de Divulgação.

As Normas Gerais de Divulgação estão agrupadas pelas seguintes categorias: Estratégia e Análise (SA); Perfil Organizacional (OP); Aspetos Materiais Identificados e Fronteiras (IMAB); Compromisso dos *Stakeholders* (SE); Perfil de Relato (RP); Regulamentação (G); e Ética e Integridade (EI).

Cada uma das categorias são compostas por um determinado número de diretrizes G4, podendo variar de acordo com a categoria em questão. As Normas Específicas de Divulgação apresentam três categorias: Económica, Ambiental e Social conforme Quadro 1.



# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Quadro 1 - Normas Específicas por categorias

Categoria – Económica		Categoria - Ambiental	
Aspetos:		Aspetos:	
Performance Económica (EP) Presença no Mercado (MP) Impactos Económicos Indiretos (IEI) Praticas de Aquisição (PP)		Materiais (M) Energia (EN) Água (W) Biodiversidade (B) Emissões (EM) Efluentes e Resíduos (EW) Produtos e Serviços (PS) Conformidade (C) Transporte (T) No geral (O) Fornecedor de Avaliação Ambiental (SEA) Mecanismos de Reclamação Ambiental (EGM)	
Categoria – Social			
Aspetos das Subcategorias:			
Práticas Laborais Trabalho Decente	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade do Produto
Emprego (EMP) Trabalho/Gestão de Relações (L/MR) Saúde e Segurança ocupacional (OHS) Treino e Educação (TE) Diversidade e Igualdade de Oportunidades (DEO) Remuneração igual para homens e mulheres (ERWM) Fornecedor de Avaliação de Práticas Laborais (SALP) Mecanismos de Reclamação de Práticas Laborais (LPGM)	Investimento (I) Não discriminação (N-D) Liberdade de Associação e Negociação Coletiva (FACB) Trabalho infantil (CL) Trabalho forçado ou obrigatório (FCL) Práticas de Segurança (SP) Direitos Indígenas (IR) Avaliação (A) Fornecedor de Avaliação de Direitos Humanos (SHRA) Mecanismos de Reclamação dos Direitos (HRGM)	Comunidades locais (LC) Anticorrupção (AC) Polícia Pública –(PP) Comportamento (C) Anti competitivo (AC B) Conformidade (C) Fornecedor de Avaliação dos Impactos na Sociedade (SAIS) Mecanismos de Reclamação de Impactos na Sociedade (GMIS)	Saúde e Segurança do Consumidor (CHS) Marcação do -Produto e Serviço (PSL) Comunicação de Marketing (MC) Privacidade do Consumidor (CP) Conformidade (C)

Fonte: Elaboração própria, baseado no quadro dos Princípios de Relato e às Normas de Divulgação, <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

O que distingue as opções, é que enquanto “a *Core* contém os elementos essenciais para o relatório de sustentabilidade, fornece o contexto em que uma organização comunica os impactos da sua economia, meio ambiente, social e performance governamental; a opção *Comprehensive* baseia-se na opção *Core* ao exigir Normas de Divulgação da estratégia e análise da organização, governança, e ética e integridade, além de que, a organização é obrigada a comunicar o seu desempenho mais extensivamente relatando todos os Indicadores relacionados para identificar Aspectos materiais” (GRI, 2015).

Além das Normas Gerais e Normas Específicas de Divulgação, existem ainda os critérios “De acordo” a ter em sentido, e existem as opções *Core* (Testemunho) e a *Comprehensive* (Abrangente). Estas opções podem ser aplicadas por todas as organizações, independentemente, do setor, da dimensão ou da localização, como está patente no Quadro 2.

**Quadro 2 - Critérios “De acordo”: Opções *Core* e a *Comprehensive***

	"De acordo" - <i>Core</i> (informação que deve ser divulgada em todos os casos)	"De acordo" - <i>Comprehensive</i> (informação que deve ser divulgada em todos os casos)
Quanto às Normas Gerais de Divulgação		
Estratégia e Análise	G4-1	G4-1, G4-2
Perfil da Organização	G4-3 ao G4-16	G4-3 ao G4-16
Identificar Aspectos Materiais e Fronteiras	G4-17 ao G4-23	G4-17 ao G4-23
Noivado Stakeholders	G4-24 ao G4-27	G4-24 ao G4-27
Perfil do Repórter	G4-28 ao G4-33	G4-28 ao G4-33
Governança	G4-34	G4-34, G4-35 ao G4-55 (*)
Ética e Integridade	G4-56	G4-56, G4-57 ao G4-58 (*)
Normas Gerais de Divulgação para Setores	Necessário, se disponível para o sector da organização (*)	Necessário, se disponível para o sector da organização (*)
Quanto às Normas Específicas de Divulgação (DMA e Indicadores):		
Divulgações de Genéricos na Abordagem de Gestão - Apenas para Aspectos materiais (*)	Apenas para Aspectos materiais(*)	Apenas para Aspectos materiais(*)
Indicadores - Pelo menos um Indicador relacionado para cada Aspeto material identificado (*)	Pelo menos um Indicador relacionado para cada Aspeto material identificado (*)	Todos os Indicadores relacionados para cada Aspeto material identificado (*)
Normas Específicas de Divulgação para Setores - Necessário, se disponível para o sector da organização e se material (*)	Necessário, se disponível para o sector da organização e se material (*)	Necessário, se disponível para o sector da organização e se material (*)
(*) Caso não esteja disponível, as razões para omissão são explicadas em casos excecionais. Nestes casos não é possível divulgar certas informações exigidas, assim o relatório deve identificar a informação que foi omitida, explicando a razão pela qual não se aplica determinada norma, as razões específicas de confidencialidade, bem como as proibições legais específicas e a razão pela indisponibilidade de dados, devendo assim divulgar as medidas tomadas para obtenção de dados.		

Fonte: Elaboração própria, baseado na descrição dos Princípios de Relato e das Normas de Divulgação, <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Estas opções identificam os aspetos materiais que tem impacto económico, ambiental e social nas organizações, ou que tem influência nas decisões e avaliações dos *stakeholders*.

As informações relativas às Normas de Divulgação não devem ser repetidas em outros relatórios e novamente no relatório de sustentabilidade, devendo a empresa fazer referência que a informação já foi divulgada em outro local.

As organizações podem não cumprir com todos os requisitos de uma opção ou outra “De Acordo”, então o relatório terá de explicá-lo numa declaração, assim como deve conter que foi preparado “De Acordo” com as Diretrizes e critérios apresentados, apresentando o GRI INDEX.

Os relatórios de sustentabilidade que são elaborados pelo G4, devem respeitar os Princípios de Relato, na medida em que são necessários para uma consistente tomada de decisão das organizações.

Os Princípios encontram-se divididos em dois grupos: Princípios para a Definição do Conteúdo do Relatório, onde é descrito qual o processo a aplicar para a identificação do conteúdo que o relatório terá de conter, evidenciando as atividades da empresa, os impactos e expectativas e os interesses dos *stakeholders*, enquanto que nos Princípios para Definição da Qualidade do Relatório mostram as escolhas de forma a garantir a qualidade das informações e da sua apresentação no relatório de sustentabilidade para que os *stakeholders* possam fazer a avaliação de desempenho e optem por medidas adequadas.

Existem quatro Princípios para a Definição do Conteúdo do Relatório:

- Inclusão dos *Stakeholders*, para que a organização identifique os *stakeholders*, e explique de que forma respondeu às suas expectativas e de seus interesses razoáveis;
- Contexto de Sustentabilidade, o relatório deve ser apresentado com uma performance da organização no contexto mais amplo de sustentabilidade;
- Materialidade, no relatório deve ser tido em conta aspetos para reflexão sobre os impactos económicos, ambientais, e sociais significativos da organização; ou a influência em parte nas avaliações e na tomada de decisões dos *stakeholders*;
- Plenitude, o relatório deve conter a cobertura de Aspetos materiais, bem como dos seus limites, de forma a refletir, nos impactos económicos, ambientais e

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

sociais, e para que permita aos *stakeholders* a avaliação da performance da organização no período em questão.

Para que sejam garantidas a qualidade das informações nos relatórios de sustentabilidade, na sua apresentação e transparência, existem seis Princípios para a Definição da Qualidade do Relatório:

- Equilíbrio, o relatório deve permitir a avaliação da performance no geral da organização, evidenciando os seus aspetos positivos e negativos. Os conteúdos devem ser apresentados de uma forma imparcial relativamente à performance global das organizações. O relatório não deve conter formatos de seleção, omissão ou apresentação que possam influenciar erradamente o leitor do relatório numa tomada de decisão.
- Comparabilidade, a informação reportada da organização deve ser perceptível e consistente na forma em como se seleciona, compila e comunicam as informações, para que os *stakeholders* possam analisar as mudanças na performance da organização a longo prazo e comparar com outras organizações.
- Precisão, no relatório a informação deve ser precisa e detalhada para os *stakeholders* possam avaliar a performance das organizações. Os Indicadores económicos e a DMA devem dar as respostas qualitativas e quantitativas a nível ambiental e social, dependendo da precisão e características da natureza da informação e o seu utilizador.
- Oportunidade, ao relatar a informação a organização deve disponibilizá-la num horário regular em tempo para a tomada de decisão dos *stakeholders*. As informações divulgadas no Relato devem respeitar o seu timing, para a tomada de decisões dos *stakeholders*. O momento da libertação refere-se tanto à sua proximidade com os eventos reais descritos no relatório, assim como com a regularidade da informação.
- Clareza, as informações disponibilizadas no relatório devem ser de forma acessível e compreensível aos utilizadores, e aos *stakeholders*, sobre a empresa e as suas atividades.
- Confiança, as empresas devem reunir, gravar, compilar, analisar e divulgar informações e processos utilizados na preparação de um relatório de forma a que

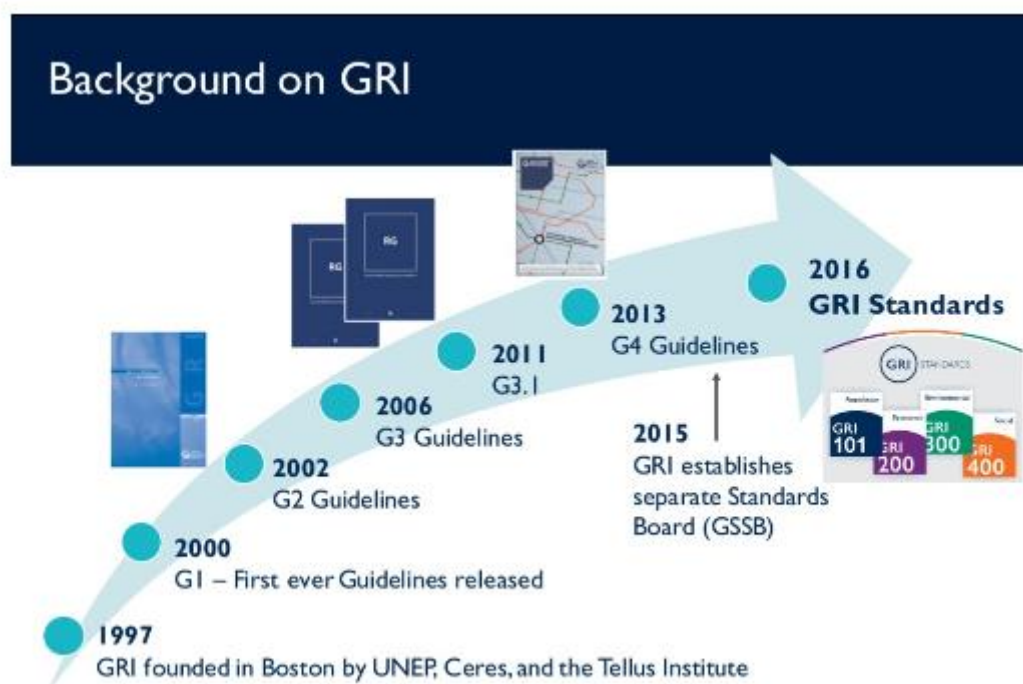
## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

eles podem estar sujeitos a exame e que estabelece a qualidade e materialidade das informações.

O modelo GRI é cada vez mais importante para a elaboração dos relatórios, pois estabelece princípios essenciais relativamente ao desempenho económico, ambiental e social de uma organização, e está em constante atualização, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4 - Evolução do GRI



Fonte: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>

As Diretrizes G4 foram assim substituídas pelas Normas do GRI, em 19 de outubro de 2016. A utilização das Normas do GRI foi exigida para todos os relatórios ou outros materiais publicados em ou após 1 de julho de 2018.

As Normas GRI estão dispostas em estruturas modulares inter-relacionadas e organizadas em 2 grupos: os Padrões Universais (*Universal Standards*) e os Padrões de Tópicos Específicos (*Topic-Specific Standards*).

A atual versão do GRI é composta assim por três normas universais e de outras normas complementares direcionadas a tópicos específicos:

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Na GRI 101 – Fundamentos (*Foundation*), é composta por dez princípios de relato que são os requisitos básicos para a utilização das Normas GRI nos relatórios de sustentabilidade, e de informações de como usar e se referenciar nas Normas. Os seus conteúdos são organizados em três pontos, a apresentação dos dez princípios de relato, a explicação do processo básico para a preparação de um relatório de sustentabilidade com a utilização das Normas do GRI, e a definição das formas específicas que as Normas do GRI devem ser usadas e referenciadas.

Esta Norma é o ponto de partida para as orientações sobre o uso das normas, e está subdividido em 3 seções e os termos chave:

- Seção 1 - Os 10 Princípios para Relato, e é organizado em 2 partes, por os “Princípios de Conteúdo” e os “Princípios de Qualidade”.

✓ Princípios de Conteúdo – orientam sobre quais as informações que devem ser incluídas no relatório:

- Princípio 1 – Inclusão de *Stakeholders* – a informação de como as partes interessadas (*stakeholders*) comunicaram e foram envolvidas no relatório;

- Princípio 2 – Contexto da Sustentabilidade – a empresa deve mostrar e relacionar os seus esforços em sustentabilidade de forma mais ampla, mostrando como os tópicos materiais ultrapassam o ambiente de negócios, a nível local, regional ou global, tal como a emissão de gases de efeito estufa que está relacionado a esforços planetários de reversão do aquecimento global da terra.

- Princípio 3 – Materialidade – devem focar temas relevantes no relatório, para que seja considerado o nível de influência na decisão e avaliação do *stakeholders* e a importância dos impactos económicos, sociais e ambientais para o negócio da empresa.

-Princípio 4 – Completude - no relatório devem ser abordados todos os tópicos materiais, os seus limites de forma a evidenciar os seus contributos e impactos através das suas atividades, com toda a ênfase para que os *stakeholders* possam analisar os impactos económicos, sociais e ambientais mais relevantes.

✓ Princípios de Qualidade - são princípios que orientam o padrão de qualidade das informações relatadas:

- Princípio 5 – Exatidão – todas as informações devem ser precisas e detalhadas de forma a que as partes interessadas avaliem de forma pragmática qual o desempenho da organização nesse período relatado.

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- Princípio 6 – Equilíbrio – os impactos devem ser evidenciados de forma objetiva nas informações relatadas, tanto os positivos, como os negativos, os que são criados pela empresa que relata, e assim para que as partes interessadas possam avaliar este relatório de forma realista e ponderada.
  - Princípio 7 – Clareza – a empresa relatora deve apresentar as informações de forma clara e compreensível às partes interessadas.
  - Princípio 8 – Comparabilidade – toda a informação deverá organizada de modo a que as partes interessadas possam avaliar o desempenho da organização ao longo do tempo, assim como facilitar a análise comparativa entre as empresas do mesmo segmento.
  - Princípio 9 – Confiabilidade – a empresa que relata deve evidenciar toda a informação e os processos que utilizou na elaboração do relatório, de modo a facilitar a sua revisão e na determinação da qualidade e materialidade das suas informações.
  - Princípio 10 – Tempestividade – é referente à regularidade na publicação dos relatórios, podem ser disponibilizados em tempo, de modo a que as partes interessadas possam tomar as suas decisões.
- Seção 2 – Usando as Normas GRI para o Relatório de Sustentabilidade – explica todo o processo para a criação de um relatório de sustentabilidade conforme as Normas GRI.
  - Seção 3 – Fazendo declarações relacionadas ao uso das Normas GRI – explica e orienta de forma a declarar que o relatório foi elaborado de acordo com as Normas GRI.
  - Termos Chave – podemos encontrar as definições para alguns termos técnicos das normas.

Na GRI 102 – Divulgações Gerais (*General Disclosures*), abrange as informações de contextualização acerca da organização, bem como a suas práticas de relato de sustentabilidade, constituídos por seis secções de conteúdos organizados: o perfil organizacional, a estratégia, a ética e integridade, a estrutura de governança, o envolvimento dos *stakeholders* e as práticas de relato.

Na GRI 103 – Abordagem de Gestão (*Management Approach*), inclui a abordagem de gestão da organização para cada tópico material, e é constituído por conteúdos organizados em três secções: a explicação do tópico material e os seus limites, a abordagem de gestão e os seus componentes, a avaliação da abordagem de gestão. Esta divulgação deve ser realizada em conjunto com os Padrões de Tópicos Específicos, nas séries GRI-200, 300 e 400.



# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

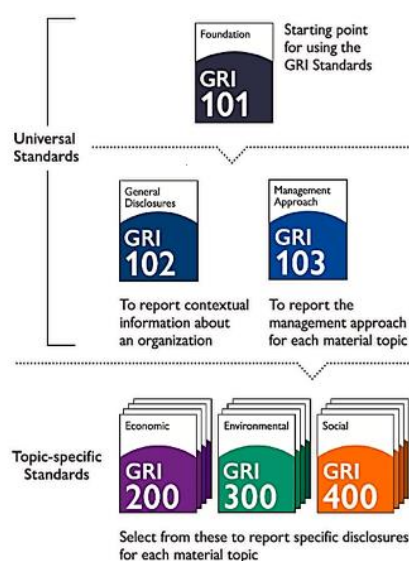
Dentro das Normas existem também os Padrões de Tópicos Específicos organizados por três séries:

- Série GRI-200 - Tópicos Económicos, que incluem as Normas que estão relacionadas a nível económico, tais como a performance económica e anticorrupção.
- Série GRI-300 - Tópicos Ambientais, que incluem as Normas que estão relacionadas a nível ambiental, tais como a energia, a água e as emissões.
- Série GRI-400- Tópicos Sociais, que incluem as Normas que estão relacionadas a nível social, tais como a diversidade, o trabalho infantil, o trabalho forçado e as políticas públicas.

Ao todo, as três séries incluem 33 tópicos com as suas divulgações específicas, para que as empresas que as relatam, possam relacionar os tópicos aos seus temas económicos, sociais e ambientais mais relevantes, com base na sua materialidade.

As Normas GRI tem uma estrutura modular que podem ser utilizadas individualmente ou em conjunto, são constituídas por conteúdos organizados em requerimentos, recomendações e orientações, compostas por um conjunto de princípios para relato para orientar a qualidade desses conteúdos, exigindo às organizações a identificação e relatos de tópicos relevantes, e estão representados na Figura 5.

**Figura 5 – Normas do GRI**





# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Para que o relatório da empresa esteja em conformidade com as Normas do GRI, esta deverá possuir uma declaração sobre como as Normas foram atendidas, de forma a declarar o “de acordo” às Normas de duas formas:

- Como Relatório Essencial (*Core*) – este relato apresenta informações, minimamente, necessárias de forma a delinear a natureza da organização, da sua materialidade, dos seus impactos gerados e a sua abordagem de gestão a eles dirigida;

- Como Relatório Abrangente (*Comprehensive*) – este relato é elaborado de forma mais detalhada, com divulgações adicionais sobre estratégias, governança, ética e integridade, a empresa deverá também atender a todas as divulgações específicas dos tópicos materiais. No GRI-101 Fundamentos, na tabela I da seção 3, podemos encontrar as informações de como se enquadrar em cada caso.

Para a empresa estar “de acordo” com as Normas do GRI, independentemente, do tipo de relato Essencial ou o Abrangente, o relatório deve estar em conformidade com os “10 Princípios Para o Relato”, deve conter um Índice de Conteúdo GRI de forma a orientar os leitores para a identificação de conteúdos e normas (conforme indicado no GRI-102-55) deverá, também, abranger os tópicos materiais da organização e dar resposta a todos os requerimentos dos itens de divulgação.

## Parte II – Estudo de Caso

### 3. Metodologia e Abordagem

Esta investigação foi baseada num estudo de caso e tem uma natureza qualitativa e interpretativa, ou seja, foi elaborada uma abordagem que permitisse compreender o fenómeno em estudo inserido no contexto empresarial.

O estudo de caso aplica-se a investigações que procuram saber e compreender um fenómeno ou evento social. É assim, uma estratégia comum em investigações em diversas áreas como a psicologia, sociologia, ciência política, gestão e negócios (Yin, 2018) como é o caso deste trabalho.

Yin (2018) refere que existem três condições para definir qual o método a usar numa investigação: o tipo de pergunta de investigação; o controlo do investigador sobre os eventos a investigar; e o grau de foco em eventos contemporâneos em vez de eventos históricos.

## **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

Para a aplicação do método do estudo de caso, as situações para cada condição devem ser as seguintes: a pergunta de investigação tem a forma de “como” ou “porquê”; o investigador não tem qualquer controlo sobre o evento a investigar e foca-se em eventos contemporâneos (Yin, 2018).

Esta investigação teve início numa revisão da literatura com base em pressupostos teóricos, na origem e evolução dos referenciais IIRC e GRI, com base na legislação em vigor, procura, pesquisas e leituras de manuais, publicações, artigos científicos, para uma captação e consolidação de conhecimentos, para a sua elaboração.

A recolha de dados foi baseada numa componente empírica, através da obtenção de metodologias de investigação aplicadas ao estudo de caso, à recolha e análise aos relatórios e a documentos importantes para a unidade em análise.

Relativamente às abordagens metodológicas evidenciam-se de natureza qualitativa e quantitativa, mas os seus argumentos existentes, são a favor e contra em ambas as metodologias.

Apesar de algumas críticas aos estudos de caso, nomeadamente, ao nível das dificuldades de generalização estatística realça-se que, para a investigação qualitativa, os estudos de caso são fundamentais no processo de desenvolvimento da teoria e para a obtenção de informação (Yin, 2018). Desta forma, o estudo de caso analisado a fundo pode ser considerado representativo para outros casos semelhantes.

Assim a metodologia que é utilizada é adequada para a recolha da informação em relatórios emitidos e para analisar tendências de divulgação, enquadrando-se no estudo de fenómenos subjetivos, o que na opinião de Yin (2018), privilegia uma posição mais crítica do investigador.

Com a utilização da análise de conteúdo, pode-se aferir toda a informação identificada de forma a confirmar se estão de acordo com os referenciais escolhidos e com a legislação em vigor.

O estudo de caso escolhido é focado num instrumento contemporâneo, que se designa por relato financeiro e não financeiro, num contexto real de um grupo constituído por um conjunto diversificado de ativos, a Galp Energia, tendo como período de reporte os anos de 2016 a 2018.

Este trabalho tem como objetivo principal a compreensão da relevância na divulgação da informação financeira e não financeira para a estratégia de gestão empresarial, neste caso o

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

relato integrado, e com base no objetivo proposto, tendo por base o desenvolvimento do estudo de caso as seguintes etapas:

1. Visão pormenorizada das GRI Standards, publicadas em outubro de 2016, tornando o referencial das GRI G4 obsoleto;
2. Análise ao Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, que transpõe a Diretiva 2014/95/EU, referente, à divulgação das informações não financeiras e de informações sobre a diversidade, cuja divulgação é exigida às grandes empresas e grupos, com o caso da Galp Energia;
3. Análise à estrutura do IIRC;
4. Análise da evolução do relato integrado da Galp Energia.

Neste estudo de caso foram recolhidos os dados numa base documental, através de Relatórios & Contas, dos Relatórios de Sustentabilidade, de Relatórios Integrados, do website institucional e publicações, legislação e normas. Estes dados recolhidos e posteriormente analisados foram obtidos através de uma abordagem qualitativa que tem por base o pressuposto de que o conhecimento é construído num acumular de contributos.

## 4. Caracterização do estudo de caso: Galp Energia

Para a realização deste estudo de caso, foi escolhida a empresa da Galp Energia, por ser uma grande empresa portuguesa com experiência no setor energético, com forte presença no mercado do gás natural e petróleo, e que se tem dedicado às energias renováveis, é uma empresa que conjuntamente com outras subsidiárias<sup>5</sup>, assim com os seus clientes, colaboradores e acionistas, constituem o Grupo Galp Energia.

A Galp Energia apresentou no ano de 2018 um volume de negócios de 17.182 €m (milhares de euros), um resultado líquido do exercício positivo de 484.310 €m (milhares de euros) e um resultado líquido consolidado do período positivo de 892 €m (milhares de euros), possui cerca de 6.360 colaboradores.

O principal objetivo deste trabalho é compreender em que consiste o relato integrado e analisar como a empresa Galp Energia elabora, apresenta e utiliza as medidas do GRI como referência.

---

<sup>5</sup> Subsidiárias da Galp Energia: Petróleos de Portugal – Petrogal, SA; a GDP – Gás de Portugal, SGPS, SA; a Galp Power, SGPS, SA.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

A Galp Energia é uma empresa que segundo os seus compromissos, atua de forma responsável e ética, que tenta assegurar as melhores praticas de governo e transparência, valoriza o capital humano, envolve a comunidade e as demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado, contribui para a satisfação das necessidades energéticas futuras e minimiza a intensidade carbónica da atividade, garante a proteção do ambiente das pessoas e dos ativos, promove a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico.

A Galp Energia é uma empresa que prima pela criação de valor, pela integridade, ética, transparência e pela satisfação das necessidades dos seus clientes.

Para este estudo de caso foi analisado o Relatório Integrado da empresa Galp Energia referente ao ano 2018, fazendo uma breve comparação com os relatórios do ano 2017 e de 2016, de forma a compreender o “porquê” da sua importância e utilidade da sua divulgação e a forma de “como” é divulgada a sua informação aos seus utilizadores, e a da sua prática ao longo dos anos.

Foi efetuada uma breve pesquisa sobre a origem e a evolução da empresa para uma melhor compreensão e conhecimento do seu percurso empresarial.

A história da Galp remonta há mais de 100 anos, é uma empresa que está associada à evolução industrial de Portugal e dedica-se à exploração e produção de petróleo e de gás natural, refina e distribui produtos petrolíferos, distribui e vende gás natural e gera e comercializa eletricidade.

A estrutura orgânica da empresa a nível operacional assenta em cinco unidades de negócio: Upstream<sup>6</sup>; Midstream<sup>7</sup>; Comercial; Renováveis e Novos Negócios e Infraestrutura.

A Galp faz a divulgação da sua informação em termos consolidados e pelos três segmentos de negócio: Exploração & Produção; Refinação & Distribuição e Gas & Power. Quanto ao seu plano jurídico, o Grupo Galp é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: a Galp Energia E&P BV e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na exploração e produção de petróleo e gás e biocombustíveis; Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem as suas atividades na área da refinação de petróleo bruto e distribuição de seus derivados; Galp Gas & Power SGPS, S.A. e

---

<sup>6</sup> *Upstream* é uma palavra muito importante para a indústria do petróleo, significa a primeira área, que é caracterizada pelas atividades de busca, identificação e localização de fontes de óleo, e transporte do óleo extraído para as refinarias que serão responsáveis pelo processamento.

<sup>7</sup> *Midstream* é a etapa que transforma as matérias-primas (que são os hidrocarbonetos) em produtos finais, prontos para uso tais como: a gasolina, o óleo lubrificante, o diesel, entre outros.

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na área do gás natural, no sector da eletricidade e das energias renováveis; Galp Energia, S.A., empresa que integra os serviços corporativos.

Os resultados das empresas do Grupo são consolidados nos resultados da empresa-mãe, a Galp Energia, SGPS, S. A.

A Galp opera um *mix* de energias focadas na sustentabilidade e na eficiência, a sua origem é portuguesa, mas conta com uma expansão global. Desenvolve operações em 11 países e exporta os seus produtos para mais de 50 países, através de sinergias de uma operação internacional integrada, orientada para a colaboração e para o progresso.

Para a Galp Energia, as comunidades e o ambiente dos países onde está presente são da máxima importância e assume um papel ativo e próximo no desenvolvimento sustentável local, promovendo o bem-estar das pessoas e das populações através de projetos sociais que visem, como focos principais, o acesso à energia e à educação.

Ao analisar o relatório integrado da Galp Energia verifica-se que este tem como finalidade mostrar uma visão global, transparente e rigorosa, dos seus processos para que seja criado valor económico, ambiental e social, bem como a divulgação dos seus resultados do período e as práticas de governo societário.

Para que se possa avaliar o desempenho da empresa, o relatório integrado inclui, informações relevantes, relativamente, aos anos anteriores e destina-se a permitir que o seu desempenho seja avaliado de uma forma integrada, entre a sua estratégia, o seu negócio, o seu modelo de governo e o seu desempenho financeiro e operacional, tendo em conta os fatores externos.

Ao consultar o site da Galp Energia, relativamente, à publicação de relatórios anuais verifica-se que desde o ano 2006 até ao ano de 2015, que a Galp disponibiliza a informação dos seus relatórios de contas, relatório de governo societário, as contas individuais e os relatórios de sustentabilidade.

Em 2016 a Galp apresenta o seu primeiro relatório integrado, mas ainda tinha designação de relatório de contas baseado nas diretrizes do IIRC na versão GRI G4.

Em 2017 a Galp Energia apresenta o seu relatório integrado segundo as diretrizes para o reporte integrado do IIRC, e de acordo com as diretrizes do GRI Standard, na opção «De acordo - Abrangente».

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Em 2018 a Galp Energia apresenta o seu relatório integrado de acordo com as normas do IIRC e as diretrizes do GRI na versão Standard e na opção «De acordo – Abrangente».

## 4.1. Relato Integrado da Galp Energia no ano 2016

Em 2016, a Galp Energia apresentou o seu primeiro relatório integrado, embora se designasse como relatório de contas e apresentou também, o relatório de contas individuais, mas de forma separada, e teve como objetivo divulgar com rigor e transparência todos os processos e indicadores de criação de valor económico, ambiental, social e, também, apresentar os seus resultados, de forma a avaliar o seu desempenho de uma forma integrada a nível dos aspetos tangíveis e intangíveis, entre os fatores externos, a sua estratégia adotada, o governo da sociedade, o seu modelo de negócios, o desempenho financeiro e operacional, quando considerado materialmente relevante.

O relatório integrado do ano 2016 foi elaborado de acordo com as IFRS, assim como as demonstrações financeiras, pelas Diretrizes do Código dos Valores Mobiliários (CVM), pelas diretrizes para o reporte integrado do IIRC, na versão GRI G4, na opção «De acordo – Abrangente», incluindo as diretrizes do suplemento sectorial Oil & Gas.

Os princípios de inclusão, relevância e responsabilidade de *stakeholders*, são de acordo com a norma da *Accountability*, *AA1000 Accountability Principles Standard* (AA1000APS 2008), os princípios do *United Nations Global Compact* (UNGC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Figura 5 mostra o resumo do relatório integrado do ano 2016 da Galp.

**Figura 5 - Relatório Integrado da Galp 2016**

Relatório Integrado Galp 2016	
Demonstrações financeiras	Informação de sustentabilidade
Âmbito da auditoria Garantia razoável de fiabilidade	Âmbito da revisão Garantia limitada de fiabilidade
Outra informação presente no Relatório integrado Verificada consistência com as demonstrações financeiras. Verificada inclusão dos elementos exigíveis nos termos do Art.º 245º-A do C.V.M.	

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2016, em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## 4.2. Relato Integrado da Galp Energia no ano 2017

No ano 2017 a Galp Energia apresentou o seu relatório integrado com a designação de relatório de contas e o relatório de contas individuais de forma separada, com o objetivo de divulgar com transparência e rigor, os processos de criação de valor económico, ambiental e social, as práticas e os resultados de governo societário, mostrando a evolução do desempenho da empresa, de forma a ser avaliado pela sua *performance* de uma forma integrada com a sua estratégia, o seu modelo de negócio, de governo e também o seu desempenho financeiro e operacional, tendo em conta os fatores externos de relevância.

O relatório integrado foi elaborado segundo as diretrizes para o reporte integrado do IIRC, e de acordo com as diretrizes do GRI Standard, na opção «De acordo - Abrangente», incluindo as diretrizes do suplemento sectorial Oil & Gas, foi elaborado de acordo com as diretrizes das IFRS, as disposições do CVM, e de acordo com as normas do CSC. Os princípios de inclusão, relevância e responsabilidade de *stakeholders*, são os constantes da norma da *AccountAbility AA1000 AccountAbility Principles Standard* (AA1000APS 2008) e pelos princípios da UNGC.

No ano 2017 a Galp subscreveu a iniciativa *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD) do *Financial Stability Board* (FSB), de forma a divulgar com transparência os seus riscos financeiros associados às alterações climáticas.

A Figura 6 mostra-nos o resumo do relatório integrado da Galp no ano 2017.

Figura 6 - Relatório Integrado da Galp 2017

Relatório e Contas 2017					
Demonstrações financeiras		Informação não financeira		Informação de governo societário	Outra informação
Âmbito de atuação da PwC S.R.O.C.	Certificação legal de contas e auditoria	Verificação da inclusão da informação não financeira exigível nos termos do Decreto-Lei 89/2017 de 28 de julho	Garantia limitada de fiabilidade; Garantia razoável de fiabilidade para a pegada de carbono da Galp	Verificação da inclusão dos elementos do relato sobre governo das sociedades referidos no artigo 245.º-A do CVM	Verificação da consistência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2017, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>



## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Ao consultarmos o relatório integrado da Galp Energia de 2017, podemos verificar que foram apresentados vários documentos com informações, tais como:

- ✓ “Matriz da materialidade da Galp de 2017” (ver anexo 1), onde é efetuada a comparação entre a relevância para a Galp em contrapartida com a relevância para os *stakeholders*, e verifica-se que o menos relevante para ambos é a “Divulgação de informação financeira relacionada com o clima” e os pontos mais importantes para ambos é a “*Corporate Governance*”, a “Segurança, Saúde e Ambiente” e “Ética, transparência e *compliance*”;
- ✓ “Desenvolvimento sustentável da Galp 2017” (ver anexo 2) onde estão representados: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) materiais, os ODS diretos e os ODS indiretos;
- ✓ “ODS matérias da Galp 2017” (ver anexo 3) designados com os pontos: 7-Energias renováveis e acessíveis, 8-Trabalho digno e crescimento económico, 12-Produção e consumo sustentáveis, 13-Ação climática e 17-Parcerias para a implementação dos objetivos;
- ✓ “A Galp no mercado de capitais” (ver anexo 4) onde está apresentada a informação ao acionista do capital social da Galp, a distribuição do capital social e o desempenho da ação da Galp, onde é feita a comparação da cotação da ação da Galp com o índice SXEP<sup>8</sup> em 2017.

### 4.3. Relato Integrado da Galp Energia no ano 2018

Em 2018, a Galp Energia apresenta o seu Relatório Integrado como seu relatório anual, incluído e o Índice de conteúdos em GRI Standard, que será analisado no capítulo seguinte.

O relatório integrado da Galp do ano 2018 foi elaborado de acordo com: as IFRS, pelas disposições do CVM do CMVM referentes ao reporte anual do governo societário; as normas do CSC; as normas do IIRC e as diretrizes do GRI na versão Standard e na opção «De acordo – Abrangente», incluindo as diretrizes do suplemento sectorial Oil & Gas; as disposições da CVM para o reporte de pagamentos efetuados a administrações públicas; os princípios de inclusão, relevância e responsabilidade de *stakeholders*, constantes da norma da *AccountAbility*, *AA1000 AccountAbility Principles Standard* (AA1000APS2008); a iniciativa *Task Force on*

---

<sup>8</sup> Índice SXPE – Índice Europeu para o Setor de Oil & Gas



# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

*Climate-related Financial Disclosure* (TCFD) do *Financial Stability Board* (FSB), relativa à divulgação dos riscos financeiros ligados às alterações climáticas e os princípios do *United Nations Global Compact* (UNGC).

As demonstrações financeiras da Galp Energia foram também elaboradas de acordo com as IFRS, e o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas foi valorizado segundo o custo médio ponderado (CMP), sendo que a Figura 7 mostra-nos o resumo do seu relatório integrado de 2018.

**Figura 7 - Relatório Integrado da Galp 2018**

Relatório Integrado Galp 2018					
Demonstrações financeiras		Informação não financeira		Informação do governo societário	Outra informação
Âmbito da PwC R.O.C	Certificação Legal de Contas e Auditoria	Verificação da inclusão da informação não financeira exigível nos termos do Decreto-Lei 89/2017 de 28 de julho	Garantia limitada; Garantia razoável para pegada de carbono da Galp	Verificação da inclusão dos elementos do relato sobre governo das sociedades referidos no artigo 245.º-A do CVM	Verificação da consistência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2018, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

O relatório integrado da Galp Energia do ano 2018 é assim composto por 9 pontos principais, que estão desenvolvidos, detalhadamente em cada tema do seu relatório, com informações e abordagens relevantes:

1. Aos nossos *stakeholders*
2. Enquadramento estratégico
3. Execução estratégica
4. Sustentabilidade, o nosso compromisso de longo prazo
5. A marca Galp
6. Desempenho financeiro
7. Governo Societário
8. Proposta de aplicação de resultados
9. Anexos

Ao consultarmos o relatório integrado da Galp Energia de 2018, podemos verificar que foram apresentados vários documentos com informações, tais como:

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- ✓ “Matriz da materialidade da Galp de 2018” (ver anexo 5), onde é efetuada a comparação entre a relevância para a Galp em contrapartida com a relevância para os *stakeholders*, e verifica-se que o menos relevante para ambos é a “Divulgação de informação financeira relacionada com o clima” e os pontos mais importantes para ambos é a “*Corporate Governance*”, a “Segurança, Saúde e Ambiente”, “Ética, transparência e *compilance*” e “Portefólio adequado à satisfação das necessidades energéticas”.
- ✓ “Desenvolvimento sustentável da Galp 2018” (ver anexo 6) onde estão representados: Os ODS materiais, os ODS diretos e os ODS indiretos;
- ✓ “ODS matérias da Galp 2018” (ver anexo 7) designados com estes pontos: 7-Energias renováveis e acessíveis, 8-Trabalho digno e crescimento económico, 9-Indústria, Inovação e Infraestruturas, 12-Produção e consumo sustentáveis, 13-Ação climática e 17-Parcerias para a implementação dos objetivos;
- ✓ “A Galp no mercado de capitais” (ver anexo 8) onde está apresentada a informação ao acionista do capital social da Galp, a distribuição do capital social e o desempenho da ação da Galp, onde é feita a comparação da TSR<sup>9</sup> Galp com parâmetros de referência em 2018.

### 5. Análise dos resultados obtidos

Ao analisar o relatório integrado da Galp Energia do ano 2018, verifica-se que foi elaborado segundo os princípios e definições de conteúdos exigidos pela GRI na versão Standard, relativamente, à inclusão dos *stakeholders* identificando-os e dando-lhes respostas às suas principais expectativas e interesses.

Quanto ao contexto de sustentabilidade a Galp Energia apresenta o seu desempenho numa perspetiva abrangente, de modo a apresentar os seus riscos, os seus impactos, a suas perspetivas futuras e a sua estratégia.

Relativamente à materialidade, a Galp Energia apresenta no seu relatório integrado, os seus temas materiais e os respetivos impactos e desempenho associado e quanto à completude, a Galp Energia apresenta uma informação suficiente para refletir os seus impactos económicos, ambientais e sociais.

---

<sup>9</sup> *TRS* – Retorno Total para o Acionista, relativamente às suas ações.

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

O índice de conteúdos GRI da Galp Energia foi elaborado por um conjunto de conteúdos de padrões gerais, organizados que abrangem as informações de contextualização da organização, das suas práticas de relato de sustentabilidade, constituídos por seis secções de conteúdos organizados:

- ✓ O perfil organizacional que é composto pelas GRI 102-1 até à GRI 102-13, onde inclui a informação geral da empresa, com o nome da organização, as principais atividades, marcas, produtos e serviços, a sua localização, a localização das operações, a natureza legal e propriedade, quais os mercados abrangidos, a dimensão da organização, a informação sobre os seus colaboradores, a sua cadeia de valor, as principais alterações à organização ou cadeia de valor, a abordagem ao princípio da precaução, as iniciativas externas e a participação e associações;
- ✓ A estratégia e análise, inclui a GRI 102-14 à GRI 102-15, é composta pela declaração do presidente, os principais impactos, riscos e oportunidades;
- ✓ A ética e integridade é composta pelas GRI 102-16 à GRI 102-17, que menciona os valores, princípios, padrões e normas de comportamento, os mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética.
- ✓ A *governance* inclui da GRI 102-18 à GRI 102-39, descreve a estrutura do governo de sociedade, a delegação de autoridade, a responsabilidade a nível executivo por temas económico, ambientais e sociais, a consulta a *stakeholders* sobre temas económicos, ambientais e sociais, a composição do mais alto órgão de governo e seus comités, o presidente do mais alto órgão de governo, a nomeação e seleção dos membros do *governance*, os conflitos de interesse, o papel do mais alto órgão de governo na definição da missão, valores e estratégia, os conhecimentos de sustentabilidade dos membros do *governance*, a avaliação do desempenho dos membros do *governance*, a identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais, a efetividade dos processos de gestão de risco, a revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais, o papel do mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade, a comunicação de assuntos críticos, a natureza e comunicação de assuntos críticos, as políticas de remuneração, os processos para determinação da remuneração, o envolvimento de *stakeholders* em questões de remuneração, o rácio de remuneração total anual, e o rácio do aumento percentual na remuneração total anual;

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- ✓ O envolvimento com os *stakeholders* é composto pela GRI 102-40 à GRI 102-44, inclui a lista dos grupos de *stakeholders*, os acordos de contratação coletiva, a identificação e seleção de *stakeholders*, a abordagem para o envolvimento com *stakeholders*, as principais questões e preocupações;
- ✓ A prática de reporte inclui a GRI 102-45 à GRI 102-56, menciona as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a definição do conteúdo do relatório e limites dos temas materiais, a lista dos temas materiais, as reformulações de informações, as alterações no reporte, o período de reporte (2018), a data do último relatório publicado, o ciclo reporte, os contactos para questões sobre o relatório, a alegação da conformidade do reporte com a GRI Standards versão 2016 e opção “Abrangente”, os conteúdos do índice GRI, e a sua verificação externa.

O índice de conteúdos de GRI da Galp é também constituído por três séries de conteúdos distintas:

- ❖ A série económica, que é composta pelos seguintes aspetos:
  - ✓ O desempenho económico que inclui a GRI 201-1 à GRI 201-3, e mencionam o valor económico direto gerado e distribuído, as implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas e as obrigações do plano de benefícios e outros planos de reforma;
  - ✓ A presença no mercado inclui a GRI 202-2, e informa sobre a proporção da alta gestão contratada na comunidade local;
  - ✓ O aspeto impactes económicos diretos é composto pela GRI 203-1 à GRI 203-2, inclui o desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas, serviços oferecidos, os impactos económicos indiretos significativos e extensão dos impactos;
  - ✓ O aspeto material nas práticas de compras (204) onde inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 204-1, mostra a explicação do tema material, a avaliação da forma de gestão e a proporção de gastos com fornecedores locais;
  - ✓ O aspeto reservas (OG) menciona G4 -OG1, informa sobre a exploração e produção, quanto ao seu volume e tipos de reservas provadas e estimadas;

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- ✓ O aspeto material anticorrupção (205) contém a GRI 103-1 à GRI 103-3, a GRI 205-1 à GRI 205-3, faz a explicação do tema material, forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o número total e percentagem de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com corrupção e riscos significativos identificados, a comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção e os casos confirmados de corrupção e medidas tomadas;
  - ✓ O aspeto material concorrência desleal (206) inclui a GRI 103-1, à GRI 103-3 e a GRI 206-1, faz a explicação do tema material, da forma de gestão e suas componentes, da avaliação da forma de gestão e do número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio e seus resultados.
- ❖ A série ambiental é composta pelos aspetos de material:
- ✓ Os materiais (301) e inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3, a GRI 301-1 à GRI 301-3, onde se faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o consumo de matérias-primas, o consumo de materiais provenientes de reciclagem e os produtos e embalagens recuperados;
  - ✓ A energia (302) que contém a GRI 103-1 à GRI 103-3, a GRI 302-1 à GRI 302-5, a OG2 e OG3, onde faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o consumo de energia dentro da organização, o consumo de energia fora da organização, a intensidade energética, a redução do consumo de energia, as reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços, o montante total investido em energia renovável (k€), e o total de energia renovável gerada, discriminada por fonte (MWh);
  - ✓ A água (303) que inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3, a GRI 303-1 à GRI 304-1, onde faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o consumo de água total, por fonte, as fontes hídricas afetadas significativamente pela captação de água, a percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada;

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- ✓ A biodiversidade (304) que contém a GRI 304-1, informa da localização em áreas protegidas ou adjacentes, e áreas de elevado índice de biodiversidade fora das áreas protegidas;
- ✓ O aspeto material emissões (305) inclui a GRI 103-1 a 103-3, a GRI 305-1 a 305-7, onde é efetuada a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, as emissões diretas de GEE<sup>10</sup> (âmbito 1), as emissões indiretas de GEE (âmbito 2), as outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3), a intensidade carbónica, redução das emissões de GEE, as emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso, as NOx<sup>11</sup>, SOx<sup>12</sup> e outras emissões atmosféricas;
- ✓ O aspeto material efluentes e resíduos (306) que contem a GRI 103-1 à GRI 103-3, e a GRI 306-1 à GRI 306-5, G4-OG5 a G4-OG7, e faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, a produção de efluentes líquidos, por qualidade e por destino, os resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento, a ocorrência de derrames, o peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados e percentagem de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente, os recursos hídricos, e respetivos habitats afetados pelas descargas de água e drenagem, o volume de água produzida, o volume de hidrocarbonetos *flared* e *vented*, a quantidade de resíduos de perfuração e estratégia para a sua deposição;
- ✓ O aspeto produtos e serviços (OG) que inclui a G4-OG8, informa do teor de chumbo, benzeno e enxofre nos combustíveis;
- ✓ O aspeto material *compliance* ambiental (307) que contém a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 307-1, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão e as multas e sanções não monetárias pelo não cumprimento das leis e regulações ambientais;

---

<sup>10</sup> “GEE significa emissões de gases de efeito de estufa, o inventário de GEE das empresas é dividido em três âmbitos: Âmbito 1: representa todas as emissões diretas relacionadas com as operações que pertencem ou são controladas pela empresa, incluindo as fontes fixas de combustão, os veículos da empresa, e emissões de CH<sub>4</sub> e SF<sub>6</sub>; Âmbito 2: representa as emissões indiretas relacionadas com a compra de eletricidade, vapor, aquecimento e refrigeração para utilização própria; Âmbito 3: representa as emissões indiretas inventariadas, que ocorrem na cadeia de valor da empresa.”

<sup>11</sup> NOx é a designação para o óxido de nitrogénio, são gases nocivos para o sistema respiratório, emitidos pelos combustíveis.

<sup>12</sup> SOx é a designação para o óxido de enxofre, são pequenas partículas presentes nos gases e combustíveis, que são nocivos para o sistema respiratório.

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- ✓ O aspeto material avaliação ambiental de fornecedores (308) é composto por a GRI 103-1 a 103-3 e a GRI 308-1 à GRI 308-2, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, os novos fornecedores avaliados com critérios ambientais, e os impactes ambientais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas.
- ❖ A série social é composta pelos aspetos material:
  - ✓ O emprego (401) que inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 401-1 à GRI 401-3, é efetuada a explicação do tema material, da forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região, os benefícios concedidos a colaboradores e as taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença de maternidade/paternidade, discriminadas por género;
  - ✓ As relações laborais (402) que contém a GRI 402-1, informa o prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se estas são especificadas em acordos de negociação coletiva;
  - ✓ O aspeto material segurança e saúde ambiental (403) que é composta pela GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 403-1 à GRI 403-4, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, a percentagem de força de trabalho representada em comités formais de saúde e segurança, os tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e género, os colaboradores com elevada incidência e elevado risco de doenças relacionadas à sua ocupação, e os tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos;
  - ✓ O aspeto material formação e educação (404) inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 404-1 à GRI 404-3, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o número médio de horas de formação por ano por colaborador, discriminado por género e categoria funcional, o programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos colaboradores em período de preparação para a reforma, e a percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de



## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminados por género e categoria profissional;

- ✓ O aspeto diversidade e igualdade de oportunidades (405) que contém a GRI 405-1 à GRI 405-2, inclui a composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de colaboradores por categoria funcional, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade, e o rácio do salário e remuneração entre feminino e masculino, discriminada por categoria profissional e unidades operacionais relevantes;
- ✓ O aspeto não discriminação (406) que inclui a GRI 406-1, inclui o número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas;
- ✓ O aspeto liberdade de associação e negociação coletiva (407) que contém a GRI 407-1, identifica as operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar em risco;
- ✓ O aspeto trabalho infantil (408) contém a GRI 408-1, que identifica as operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil (0 casos, não foram identificados casos em 2018);
- ✓ O aspeto trabalho forçado (409) que contém a GRI 409-1, que identifica Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo (sem ocorrências em 2018);
- ✓ O aspeto o material de práticas de *security* (410) que inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 401-1, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, e a percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações;
- ✓ O aspeto direito dos povos indígenas (411) que contém a GRI 411-1 e OG9, que informa do número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito (não foram identificados casos em 2018), e as operações onde comunidades indígenas estão presentes ou são afetadas pelas atividades da empresa e estratégias específicas em curso;
- ✓ O aspeto avaliação de direitos humanos (412) que inclui a GRI 412-1 à GRI 412-3, informa das operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos, a formação em procedimentos e políticas



## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

de direitos humanos, o número total e percentagem de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos;

- ✓ O aspeto comunidades locais (413) que incluem a GRI 413-1 à GRI 413-2 e OG10 e OG11, que informa das operações com programas implementados de envolvimento com a comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local, as operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais, o número e descrição de conflitos significativos com comunidades locais e povos indígenas, o número de instalações que foram desmanteladas e/ou estão em fase de desmantelamento;
- ✓ O aspeto material de avaliação social de fornecedores (414) que contém a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 414-1 à GRI 414-2, com a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, a percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas laborais, e os impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas laborais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito;
- ✓ O aspeto deslocalização involuntária que inclui a OG12, e informa das operações onde ocorreram realojamentos e número de famílias realojadas e descrição (a Galp não teve registo deste tipo de situações em 2018);
- ✓ O aspeto material integridade de ativos e segurança de processo, que contém a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a OG13, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, o número de eventos de segurança no processo, por tipo de atividade;
- ✓ O aspeto material segurança e saúde do cliente (416) que inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 416-1 à GRI 416-2, que faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, a avaliação de produtos e serviços significativos em termos dos impactos na saúde e segurança e o número total de não-conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos na saúde e segurança causados pelos produtos e serviços;
- ✓ O aspeto marketing e rotulagem (417) que inclui a GRI 417-1 à GRI 417-3, inclui as informações sobre produtos e serviços referentes a informações de rotulagem de produtos e serviços, as não conformidades relativas a informações de rotulagem de

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

produtos e serviços, e a não conformidade relacionadas com comunicações de marketing;

- ✓ O aspeto privacidade do cliente (418) que contém a GRI 418-1, informa sobre as queixas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes (Na Galp não temos registo de violação da privacidade dos nossos clientes em 2018);
- ✓ O aspeto *compliance* socioeconómica (419) que inclui a GRI 103-1 à GRI 103-3 e a GRI 419-1, faz a explicação do tema material, a forma de gestão e suas componentes, a avaliação da forma de gestão, a não conformidade com leis e regulamentos na área social e económica.

E finalmente existe também no Índice de GRI da Galp Energia, um anexo aos recursos humanos que tem informações mais detalhadas relativamente aos seus colaboradores, que correspondem às GRI 102-8 -informação sobre colaboradores, onde são registados a caracterização, na GRI 401-1- número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região, na GRI 403-2 - tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e género, a GRI 404-1- outros indicadores de formação, a GRI 405-1 - composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de colaboradores por categoria funcional, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade, diversidade de nacionalidades, e as incapacidade acima de 60%.

Fazendo uma breve comparação entre o relatório integrado do ano 2017 e o ano 2018 podemos verificar que são muito semelhantes relativamente aos seus conteúdos, pois só divergem em valores ou números.

Foi elaborado um quadro com índice de conteúdos GRI, apresentado na versão Standard do para ano 2017 e 2018, para podermos verificar alguns dos pontos mais relevantes e onde ocorrem divergências, conforme o Quadro 3:

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Quadro 3 - Comparações GRI Standards 2017 e 2018

Índice de GRI Standard Secção de Conteúdos	Relatório Integrado ano 2017	Relatório Integrado do ano 2018
1. Perfil organizacional	- Dados da empresa - Total de colaboradores: M-3732 e F-2657	- Dados da empresa - Total de colaboradores: M-3691 e F-2669
2. Estratégia e análise	- Mensagem Conselho Administração	- Mensagem Conselho Administração
3. Ética e integridade	- Valores e visão da Galp - Políticas Corporativas, Código de Ética e Conduta da Galp	- Valores e visão da Galp - Políticas Corporativas, Código de Ética e Conduta da Galp
4. <i>Governance</i>	- Comité responsável pela tomada de decisão em matéria de sustentabilidade - 12 casos ao abrigo do procedimento de comunicação de irregularidades, mas 8 casos foram resolvidos pela Comissão de Ética e Conduta. - Aumento de remuneração base média dos colaboradores/Aumento de remuneração CEO 2017: -0,074	- Comité responsável pela tomada de decisão em matéria de sustentabilidade - 17 casos ao abrigo do procedimento de comunicação de irregularidades, mas apenas 6 casos exigiram adoção de medidas pela Empresa - Aumento de remuneração base média dos colaboradores/Aumento de remuneração CEO 2018: 1,29
5. Envolvimento com <i>stakeholders</i>	- Número de colaboradores cobertos por Acordos de Negociação Coletiva: 4.694. - Percentagem de colaboradores face ao total: 74%	- Número de colaboradores cobertos por Acordos de Negociação Coletiva: 4.759. - Percentagem de colaboradores face ao total: 74%
6. Prática de Reporte	- Inclusão de <i>stakeholders</i> : a Galp identifica os seus <i>stakeholders</i> , dando resposta no R&C 2017 às suas principais expetativas e interesses; - Contexto de sustentabilidade: a Galp apresenta o seu desempenho de sustentabilidade numa perspetiva abrangente (e.g. apresentação de riscos, impactos, estratégia, perspetivas futuras, entre outros); - Materialidade: a Galp apresenta os seus temas materiais, assim como os respetivos impactos e desempenho associado; e - Completude: a Galp fornece informação suficiente para refletir os seus impactos, económicos, ambientais e sociais.	- Inclusão de <i>stakeholders</i> : a Galp identifica os seus <i>stakeholders</i> , dando resposta no RI 2018 às suas principais expetativas e interesses; - Contexto de sustentabilidade: a Galp apresenta o seu desempenho de sustentabilidade numa perspetiva abrangente (e.g. apresentação de riscos, impactos, estratégia, perspetivas futuras, entre outros); - Materialidade: a Galp apresenta os seus temas materiais, assim como os respetivos impactos e desempenho associado; e - Completude: a Galp fornece informação suficiente para refletir os seus impactos económicos, ambientais e sociais.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

6. Prática de Reporte	<p>- O Relatório de Contas 2017 e o presente Índice GRI foram preparados de acordo com os GRI Standards, opção ‘Abrangente’ (<i>Comprehensive</i>).</p>	<p>- O Relatório Integrado 2018 e o presente Índice GRI foram preparados de acordo com os GRI Standards (versões 2016), opção ‘Abrangente’ (<i>Comprehensive</i>).</p>
<b>Série Económica</b>	<p>- Valor económico direto gerado (€ milhões): 15.308.</p> <p>- Valor económico direto distribuído (€ milhões): 14.382.</p> <p>- Valor económico direto retido (€ milhões): 928.</p> <p>- Contratados localmente: 99%; Portugueses: 1%.</p> <p>- Proporção de contratação local face ao total: Portugal: 96%; Espanha: 99%; Brasil: 67%; África: 64%</p> <p>- Em 2017 a Galp investiu €5,4 milhões na comunidade, nomeadamente: Donativos (€2.182.060); Investimento na comunidade (€2.978.444); Iniciativas comerciais (€266.408).</p> <p>- Em 2017, a Galp realizou um total de €434 milhões de compras, distribuídas por 3.336 fornecedores, dos quais 1.752 correspondem a fornecedores Tier 1 (fornecedores com contratos superiores a €5 mil).</p> <p>-Política de prevenção de branqueamento de capitais e do Financiamento do terrorismo.</p> <p>- A Galp não registou casos de corrupção em 2017.</p> <p>-Não existiram ações administrativas/judiciais, pendentes ou transitadas em julgado, relativas a concorrência desleal, antitrust ou práticas de monopólio em 2017.</p>	<p>- Valor económico direto gerado (€ milhões): 17.322,2</p> <p>- Valor económico direto distribuído (€ milhões): 16.332</p> <p>- Valor económico direto retido (€ milhões): 991</p> <p>- Contratados localmente: 98%; Portugueses: 2%.</p> <p>- Proporção de contratação local face ao total: Portugal: 95%; Espanha: 93%; Brasil: 55%; África: 70%</p> <p>- Em 2018 a Galp investiu €18,9 milhões na comunidade, nomeadamente: Donativos (€94.435); Investimento na comunidade (€18.074.430); Iniciativas comerciais (€801.357).</p> <p>- Em 2018, a Galp realizou um total de €538 milhões de compras, distribuídas por 3.277 fornecedores, dos quais 1.795 correspondem a fornecedores Tier 1 (fornecedores com contratos superiores a €5 mil).</p> <p>-Política de prevenção de branqueamento de capitais e do Financiamento do terrorismo.</p> <p>- A Galp não registou casos de corrupção em 2018.</p> <p>-Não existiram ações administrativas/judiciais, pendentes ou transitadas em julgado, relativas a concorrência desleal, antitrust ou práticas de monopólio em 2018.</p>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

<p><b>Série Ambiental</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerir valor com menor impacto.</li> <li>- Crude processado na Refinaria Matosinhos: 4.833.187 t.</li> <li>- Crude processado na Refinaria Sines: 9.374.699 t.</li> <li>- A Galp entende que a proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos é condição essencial à geração de valor sustentável, assumindo a sua responsabilidade na gestão dos riscos e impactes das suas atividades. A Galp compromete-se, através da sua Política de SSA a utilizar a energia e os recursos de forma ecoeficiente e implementar tecnologias e procedimentos que garantam o funcionamento das instalações e equipamentos em condições de segurança, ao longo do seu ciclo de vida.</li> <li>- Uma sociedade sustentável em baixo carbono deve assentar em padrões eficientes de consumo energético e de mobilidade.</li> <li>- Em 2017 a Galp reutilizou 1.473.006 m3 de água, correspondendo a um total de 14% da água bruta consumida.</li> <li>-Volume de água reutilizada - RM (m3): 759.006</li> <li>-Volume de água reutilizada - RS (m3): 714.000</li> <li>-100% dos sites Galp são analisados ao nível dos riscos da biodiversidade.</li> <li>- Relativamente a outras emissões atmosféricas, conscientes da importância da qualidade do ar para a saúde pública e para o ambiente, gerimos as nossas operações salvaguardando a sua proteção. Com vista a tornar a nossa atividade e os nossos produtos mais sustentáveis, implementamos as melhores tecnologias disponíveis (MTD) para a redução das emissões atmosféricas.</li> <li>- A Galp não importa/exporta resíduos perigosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Minimizam o seu impacte ambiental</li> <li>- Crude processado na Refinaria Matosinhos: 4.226.057 t.</li> <li>- Crude processado na Refinaria Sines: 8.344.640 t.</li> <li>- A Galp entende que a proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos é condição essencial à geração de valor sustentável, assumindo a sua responsabilidade na gestão dos riscos e impactes das suas atividades. A Galp compromete-se, através da sua Política de SSA a utilizar a energia e os recursos de forma ecoeficiente e implementar tecnologias e procedimentos que garantam o funcionamento das instalações e equipamentos em condições de segurança, ao longo do seu ciclo de vida.</li> <li>- Uma sociedade sustentável em baixo carbono deve assentar em padrões eficientes de consumo energético e de mobilidade.</li> <li>- Em 2018 a Galp reutilizou 1.592.585 m3 de água, correspondendo a um total de 15% da água bruta consumida.</li> <li>-Volume de água reutilizada - RM (m3): 903.750</li> <li>-Volume de água reutilizada - RS (m3): 688.835</li> <li>-100% dos sites Galp são analisados ao nível dos riscos da biodiversidade.</li> <li>-Relativamente a outras emissões atmosféricas, conscientes da importância da qualidade do ar para a saúde pública e para o ambiente, gerimos as nossas operações salvaguardando a sua proteção. Com vista a tornar a nossa atividade e os nossos produtos mais sustentáveis, implementamos as melhores tecnologias disponíveis (MTD) para a redução das emissões atmosféricas.</li> <li>- A Galp não importa/exporta resíduos perigosos.</li> </ul>
-------------------------------	--	--

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

<p><b>Série Ambiental</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não ocorreram condenações relativas a sanções não-monetárias nem multas ou coimas significativas pelo não cumprimento de leis e regulamentos ambientais em 2017.</li> <li>- Todos os novos fornecedores são avaliados com base em critérios ambientais.</li> <li>- Não foram identificados fornecedores tier 1 (críticos e não críticos) com elevado risco de sustentabilidade ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não ocorreram condenações relativas a sanções não-monetárias nem multas ou coimas significativas pelo não cumprimento de leis e regulamentos ambientais em 2018.</li> <li>- Todos os novos fornecedores são avaliados com base em critérios ambientais.</li> <li>- Não foram identificados fornecedores tier 1 (críticos e não críticos) com elevado risco de sustentabilidade ambiental.</li> </ul>
<p><b>Série Social</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A gestão e o desenvolvimento do nosso capital humano é um fator crucial no sucesso da Galp</li> <li>-Direito a tirar licença (M&amp;F): 100%</li> <li>-Taxa de retorno (M&amp;F): 100%*</li> <li>-Taxa de retenção (M&amp;F): 100%*</li> <li>* Não se identifica nenhuma relação de causa-efeito entre situações de licença de parentalidade e saídas da Empresa</li> <li>- As melhores práticas de segurança são uma prioridade para a Galp</li> <li>- 42% dos colaboradores são representados por Comissões de Saúde e Segurança.</li> <li>- Sinistralidade: 0 – Óbitos</li> <li>- A Galp tem uma norma interna que define os requisitos mínimos dos programas de saúde ocupacional, abrangendo três áreas fulcrais: segurança e higiene do trabalho, ergonomia e medicina do trabalho</li> <li>-Horas de Formação 2017: 185.730 (Masculino =115.558 e Feminino = 70.172)</li> <li>- Não discriminação: 0 casos. Não foram identificados casos em 2017.</li> <li>-Liberdade de associação e negociação coletiva: 0 (zero) ocorrências em 2017.</li> <li>- Trabalho infantil: 0 casos. Não foram identificados casos em 2017.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A gestão e o desenvolvimento do nosso capital humano é um fator crucial no sucesso da Galp.</li> <li>-Direito a tirar licença (M&amp;F): 100%</li> <li>-Taxa de retorno (M&amp;F): 100%*</li> <li>-Taxa de retenção (M&amp;F): 100%*</li> <li>* Não se identifica nenhuma relação de causa-efeito entre situações de licença de parentalidade e saídas da Empresa</li> <li>- As melhores práticas de segurança são uma prioridade para a Galp</li> <li>- 67% dos colaboradores são representados por Comissões de Saúde e Segurança.</li> <li>- Sinistralidade: 0 – Óbitos</li> <li>- A Galp tem uma norma interna que define os requisitos mínimos dos programas de saúde ocupacional, abrangendo três áreas fulcrais: segurança e higiene do trabalho, ergonomia e medicina do trabalho.</li> <li>- Horas de Formação 2018: 116.220 (Masculino = 74.623 e Feminino = 41.597)</li> <li>-- Não discriminação: 0 casos. Não foram identificados casos em 2018.</li> <li>-Liberdade de associação e negociação coletiva: 0 (zero) ocorrências em 2018.</li> <li>- 0 casos. Não foram identificados casos em 2018</li> </ul>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

<b>Série Social</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>-Trabalho forçado: Sem ocorrências em 2017.</li><li>- Práticas de <i>Security</i>: A área de <i>security</i> da nossa Empresa assegura a: Análise de risco da situação geopolítica dos países onde a Galp tem interesse, por país e de forma regular;</li><li>- Direitos dos povos indígenas: Não foram identificados casos em 2017.</li><li>- Deslocalização Involuntária: A Galp não teve registo deste tipo de situações em 2017.</li><li>- Galp realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto, reportando-os no RI 2017, no canal de sustentabilidade ou no presente documento</li><li>- Privacidade do cliente: na Galp não temos registo de violação da privacidade dos nossos clientes em 2017.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>-Trabalho forçado: Sem ocorrências em 2018.</li><li>- Práticas de <i>Security</i>: A área de <i>security</i> da nossa Empresa assegura a: Análise de risco da situação geopolítica dos países onde a Galp tem interesse, por país e de forma regular;</li><li>- Direitos dos povos indígenas: Não foram identificados casos em 2018.</li><li>- Deslocalização Involuntária: A Galp não teve registo deste tipo de situações em 2018</li><li>- Galp realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto, reportando-os no RI 2018, no canal de sustentabilidade ou no presente documento</li><li>- Privacidade do cliente: na Galp não temos registo de violação da privacidade dos nossos clientes em 2018.</li></ul>
---------------------	---	--

Fonte: Elaboração própria, baseado no relatório integrado do ano 2017 e 2018 da Galp Energia

Podemos verificar que o relatório integrado de 2017 e o relatório integrado de 2018 são muito semelhantes, visto terem sido elaborados com base nas Normas do GRI, no entanto existem algumas diferenças:

- ✓ No perfil organizacional, não se verificaram alterações do ano 2017 para 2018;
- ✓ Na estratégia e análise, em ambos os anos, mostram-nos a mensagem do conselho de administração aos seus utilizadores da informação;
- ✓ Na ética e integridade, mostra-nos os valores e a visão da empresa Galp Energia para cada ano, bem como as suas políticas corporativas, o código de ética e de conduta;
- ✓ Na *governance*, é descrito pelo comité responsável pela tomada de decisões quanto à matéria de sustentabilidade, existindo mais 5 casos no abrigo de procedimento de comunicação de irregularidades do ano 2017 para o ano de 2018, tendo sido resolvidos pela comissão de ética e conduta 8 casos em 2017 e apenas 6 casos em 2018. No ano de 2017 houve ainda uma descida média das remunerações dos colaboradores e dos administradores em - 0.074, enquanto, que em 2018 houve um aumento de 1.29;

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

- ✓ No envolvimento com os *stakeholders*, podemos verificar que o número de colaboradores cobertos pelos acordos de negociação coletiva aumentou de 4694 no ano de 2017, para 4759 em 2018. Mas a percentagem de colaboradores face ao total é igual para 2017 e 2018 com o valor de 74%;
- ✓ Na prática de reporte, verifica-se que no ano 2017 a inclusão de *stakeholders* foi apresentado no relatório de contas, mas no ano de 2018 já foi apresentado no relatório integrado da Galp, ambos mostram as suas principais expectativas e interesses. No contexto de sustentabilidade a Galp apresentou em ambos os anos de 2017 e 2018, o seu desempenho de sustentabilidade numa perspetiva abrangente, quanto aos seus riscos, impactos, estratégias e perspetivas futuras. A Galp apresenta também em 2017 e 2018 a sua materialidade, referente aos temas materiais e respetivos impactos e desempenhos associados. Quanto à completude, a Galp fornece informações suficientes para que sejam refletidos os seus impactos económicos, sociais e ambientais, para os anos de 2017 e 2018. No ano 2017 o relatório de contas da Galp e o índice de GRI foram elaborados com base nas Normas do GRI e pela opção “Abrangente”, no ano 2018 foi apresentado no relatório integrado e o índice de GRI com base nas Normas do GRI e pela opção “Abrangente”.

Quanto às séries do Índice de GRI apresentadas podemos verificar o seguinte:

- ✓ Na série económica, o ano 2017 a Galp apresenta um valor económico gerado de 15.308 milhões de euros, já no ano de 2018 o valor aumentou para 17.322,20 milhões de euros, houve um aumento de 2.014,20 milhões de euros. O valor económico distribuído da Galp também aumentou de 14.382 milhões de euros em 2017 para 16.332 milhões de euros, uma diferença positiva de 1.950 milhões de euros. O valor económico direto retido da Galp aumentou de 928 milhões de euros em 2017, para 991 milhões de euros em 2018. Os contratados localmente foram em 2017 de 99%, passando para 98% em 2018. Também houve umas variações nas percentagens de proporção de contratação local face total do ano 2017 para 2018. Os investimentos da Galp na comunidade passaram de 5.4 milhões de euros na comunidade para 18.9 milhões de euros, houve um aumento significativo de 13.5 milhões de euros, dos quais são donativos, investimentos na comunidade e iniciativas comerciais. Em 2017 a Galp realizou compras no valor de 5.4 milhões de euros passando em 2018 para 18.9 milhões de euros, houve um aumento



## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

de 13.5 milhões de euros. A Galp não registou em 2017 e 2018 casos de corrupção, nem existiram ações administrativas e judiciais, relativas à concorrência desleal, antitrust ou práticas de monopólio.

- ✓ Na série ambiental, a Galp no 2017 e 2018, pretende gerir sempre o valor com o menor impacto ambiental. A sua quantidade de crude processado diminuiu, na refinaria de Matosinhos, foram produzidas 4.833.187 toneladas no ano de 2017, e 4.226.057 toneladas em 2018, na refinaria de Sines o crude processado foi de 9.374.699 toneladas em 2017 e foi diminuído para 8.344.640 toneladas em 2018. A Galp reutilizou 1.473.006 m<sup>3</sup> de água no ano 2017, que corresponde a 14% da água bruta que consome, aumentando em 2018 para o consumo de 1.592.585 m<sup>3</sup> de água reutilizada, correspondendo a 15% na água bruta consumida. A Galp em 2017 e 2018 não importou ou exportou resíduos perigosos, não ocorreram condenações nem multas relativas ao não cumprimento de leis e regulamentos ambientais. A Galp no ano 2017 e no ano 2018 avaliou os seus novos fornecedores com base em critérios ambientais.
- ✓ Na série social, a Galp faz a divulgação nos seus relatórios de 2017 e 2018, quanto à valorização da gestão e o desenvolvimento do capital humano com fator crucial de sucesso para a empresa. A Galp defende que as melhores práticas de segurança são uma prioridade, em ambos os relatórios do ano 2017 e 2018. Conforme os relatórios houve 0 (zero) Óbitos em 2017 e 2018. Quanto a horas de formação, a Galp disponibilizou 185.730 horas em 2017 e 116.220 horas em 2018. Na Galp, não existem casos de discriminação, não existe trabalho infantil, nem trabalho forçado, os direitos dos povos indígenas e a deslocalização involuntária não apresentam casos para os anos 2017 e 2018. Quanto à liberdade de associação e negociação coletiva houve 0 (zero) ocorrências em ambos os anos. Também não existem casos de violação de privacidade dos clientes da Galp para os anos 2017 e 2018.

Ao analisarmos a comparação dos relatórios da Galp Energia dos anos 2017 e 2018, podemos verificar que ambos foram elaborados com base nas Normas do GRI. Podemos verificar também que, através dos seus relatórios que a empresa Galp apresentou, os seus resultados melhoraram a nível económico, mas o seu maior objetivo é a contribuição para a proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, sendo uma condição essencial para a geração de valor sustentável, mas sempre assumindo as suas responsabilidades na gestão dos riscos e dos impactes das suas atividades. A Galp Energia através dos seus relatórios, mostra-nos que é

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

uma empresa sustentável em baixo carbono, que assenta em padrões de consumos energéticos e de mobilidade, tem a consciência da importância da qualidade do ar para o ambiente e para a saúde pública, para que os seus produtos sejam cada vez mais sustentáveis pela implementação de novas tecnologias para a redução de emissões atmosféricas.

Não esquecendo, que para a empresa Galp Energia, a gestão e o desenvolvimento do capital humano é um dos fatores cruciais para o seu sucesso.

## Conclusão

O relato integrado é uma ferramenta fundamental de informação financeira e não financeira das empresas, direcionado essencialmente para os *stakeholders*.

Com o relato integrado as empresas apresentam e divulgam a sua informação a nível económico, ambiental e social.

Na revisão da literatura, foram abordados os conceitos e a evolução do Relato Integrado com base em vários autores que estudaram este tema.

Ao longo dos tempos as empresas foram elaborando relatos que permitiam a divulgação de informações importantes para os seus utilizadores.

A organização que mais influência teve no aparecimento do relato integrado foi a *Global Reporting Initiative*, criou e desenvolveu as primeiras diretrizes à elaboração e divulgação do relato integrado, começou por elaborar um relato que tinha como objetivo a criação de um padrão internacional de um relatório de sustentabilidade, para que fosse possível medir e divulgar o desempenho económico, social e ambiental das empresas, de forma clara e confiável.

A *Global Reporting Initiative* desenvolveu várias *frameworks*, desde a G1 no ano de 2000 até à G4 em 2014, e em 2016 surgiram as Normas de GRI que são atualmente utilizadas pelas empresas que elaboram o relato integrado.

O estudo de caso recai sob uma pesquisa efetuada à empresa Galp Energia relativamente à apresentação do relatório integrado do ano 2016, 2017 e uma pesquisa mais aprofundada do ano 2018.

A Galp Energia é uma entidade em que assume a transformação estrutural na procura de energia que implicará a criação de soluções inovadoras e cada vez mais sustentáveis a nível económico, ambiental e social. A prática da elaboração do relatório integrado da Galp Energia permite que seja feita uma avaliação ao seu desempenho e sejam divulgadas as suas informações relevantes ao longo dos anos, permitindo, assim, a sua avaliação de uma forma

## A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

integrada, quanto ao seu negócio, à sua estratégia, ao seu modelo de governo e também ao seu desempenho financeiro e operacional de acordo com os fatores externos.

A empresa Galp Energia tem vindo a acompanhar a evolução da entrega do relatório integrado, na medida em que nos anos anteriores começou por entregar o relatório de sustentabilidade em separado dos relatórios de contas e dos relatórios individuais, mas na atualidade apresenta o somente o relatório integrado, fazendo cumprir o Decreto-Lei n.º89/2017 de 28 de julho, relativamente à divulgação de informações não financeiras e de informações diversas, para empresas e grupos como é o caso da empresa Galp Energia .

Após análise e estudo sobre os relatórios integrados da Galp Energia podemos verificar que no ano 2016 a Galp Energia apresentou o seu primeiro relatório integrado, mas com a designação de relatório de contas e na versão GRI G4, apresentou também o relatório de contas individuais, mas de forma separada. No ano 2017, podemos verificar que a Galp Energia apresentou o seu relatório integrado, mas ainda, com a designação de relatório de contas, mas sempre respeitando e acompanhado a evolução do GRI já na versão das Normas do GRI, onde foi possível verificar que foram aplicados e cumpridos os procedimentos na elaboração do seu relato integrado. No ano de 2018, a Galp Energia, faz a entrega do relatório integrado num único documento, baseado na versão das Normas do GRI, onde foi possível fazer uma comparação entre o ano de 2017 e 2018, pois ambos foram apresentados pelas Normas de GRI, os relatórios são muito semelhantes em termos de apresentação de relato, apenas divergem nos valores dos anos apresentados.

Pode concluir-se que o relatório integrado da Galp Energia, mostra-nos uma visão global, transparente e rigorosa acerca dos seus processos para a criação de valor económico, ambiental e social, e da divulgação dos seus resultados do período e as práticas de governo societário, o seu relatório integrado foi elaborado de forma coerente e estruturado, com a informação financeira e não financeira, divulgando as demonstrações financeiras, bem como a informação de responsabilidade social e ambiental e de desenvolvimento sustentável, de modo a que os *stakeholders*, possam aceder a uma visão global, clara e precisa da empresa.

O relatório integrado da Galp Energia foi sempre acompanhando a evolução das versões do GRI, e é direcionado, essencialmente para os seus *stakeholders*, fundamentado em princípios de sustentabilidade e de boas práticas de governo, é baseado na geração de valor crescente e sustentável, da sua cultura e dos seus valores, permitindo garantir a segurança e proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos, mas criando, também, a inovação e o desenvolvimento.

# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

## **Limitações e linhas de investigação futuras**

O facto do trabalho se suportar num estudo de caso não é possível tecer generalizações a outras empresas, do mesmo setor de atividade ou não constituir uma limitação.

Decorrente do referido no parágrafo anterior, as linhas de investigação futuras, poderão passar pelo alargamento a mais empresas de diferentes setores de atividades e estabelecer correlações entre aspetos económicos, ambientais e sociais.

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Referências Bibliográficas

Albuquerque, F. e Santos, S. (2013). Uma análise às entidades cotadas durante o ano 2012-Relato Financeiro. Disponível em: <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/pdf/110.pdf> em: 02/05/2019

BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - Relatório de Informação Não Financeira Template (2018), Disponível em: [http://pmesustentavel.apee.pt/doc/biblioteca/kit\\_report/Relatorio de Informacao Nao Financeira\\_Template-id9.pdf](http://pmesustentavel.apee.pt/doc/biblioteca/kit_report/Relatorio de Informacao Nao Financeira_Template-id9.pdf), em 15/07/2019

Barkemeyer, R., Stringer, Lindsay, C., Hollins, J.A., e Josephi, F.(2015). Corporate reporting on solutions to wicked problems: Sustainable land management in the mining sector. Environmental science & policy, 48, pp. 196–209. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1462901114002494>, em 30/11/2018

Bonsón, E. e Bednárová, M.(2014). CSR reporting practices of Eurozone companies. Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review, pp. 1-12.. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/82555423.pdf>, em 30/11/2018

Capitals Background Paper for <IR> (2013). Disponível em: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/IR-Background-Paper-Capitals.pdf> , em 10/10/2018

Carreira, F., Palma, C. (2012). Análise Comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas e Andorra, Pesquisa Científica, Revista Universo Contábil. Disponível em: Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 8, n.4, p. 140-166, outubro/dezembro 2012. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2729>, em 15/02/2019

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Carreira, F. e Damião, A. S. (2013). Dissertação : O Relato Ambiental nas Empresas do PSI-20, Pesquisa Científica, IPS-ESCE, Disponível em : <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21069/1/11-2013-O%20Relato%20Ambiental%20Empresas%20PSI20.pdf> , em 05/10/2018

Comissão de Normalização Contabilística (2018). Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/noticias.html>, em 10/10/2018

Comissão do Mercado de Valores Imobiliários - CMVI (2018), disponível em: [https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Regulamentos/Pages/Reg\\_2013\\_04.a\\_spx](https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Regulamentos/Pages/Reg_2013_04.a_spx), em 30/09/2019

Coutinho, L.; Neumann M. e Sanches, S.(2017). “Análise da aplicabilidade do relato integrado sob a perspetiva das normas contábeis IFRS”. Disponível em: [https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica//finais\\_site/277.pdf](https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica//finais_site/277.pdf) , em 02/07/2019

Eccles, R. G. e Serafeim, G. (2015). "Corporate and Integrated Reporting: A Functional Perspective", in Mohrman, S., O'Toole, J. e Lawler, E., Corporate Stewardship: Organizing for Sustainable Effectiveness, Sheffield, UK: Greenleaf Publishing. Disponível em: <https://hbswk.hbs.edu/item/corporate-and-integrated-reporting-a-functional-perspective>, em 30/11/2018

Eccles, R. G. e Spiesshofer, B. (2017). "Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism", in Barton, D., Horváth, D. e Kipping, M. (eds.), *Re-Imagining Capitalism*, Oxford University Press. Disponível em: [https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/16-032\\_3860cfaa-ebd3-4d7e-ac9a-53272ca8cc2d.pdf](https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/16-032_3860cfaa-ebd3-4d7e-ac9a-53272ca8cc2d.pdf), em 30/11/2018

Edições Almedina (2019). Código das Sociedades Comerciais, artigo 65.º, página 59

Euronext (2018), Disponível em 05/10/2018 : <https://www.euronext.com/pt-pt/products/indices/PTING0200002-XLIS/market-information>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Faria, M. J. (2015). Perspetivas sobre o relato integrado, Revista 182, maio 2015. Disponível em: <http://www.otoc.pt/pt/a-ordem/publicacoes/revista-toc/>, em 31/01/2019

Fernández, J.L.F., Portal VER (2017). Disponível em: <http://www.ver.pt/o-que-significa-na-pratica-a-directiva-sobre-informacao-nao-financeira>, em 15/02/2019

Financial Stability Board – FSB (2018). Disponível em: <https://www.fsb.org/>, em 15/09/2019

Fried, A., Holtzman, M. P., & Mest, D. (2014). IR the new annual Report for the 21st century, Financial Executive, Fall 2014, 24 – 31. Disponível em: <https://www.thefreelibrary.com/Integrated+reporting%3A+the+new+annual+report+for+the+21st+century%3F-a0432170846>, em 20/11/2018

Galp (2017). Relatório de Contas da Galp ano 2016, Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Galp (2018). Relatório de Contas da Galp ano 2017, Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Galp (2019). Relatório de Contas da Galp ano 2018, Disponível em: <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

Global Reporting Initiative, GRI (2018). Integrated Reporting. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>, em 05/10/2018

GRI (2018). Standards Resource Download Center. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/resource-download-center/>, em 02/07/2019

Integrated Reporting IR (2018). Disponível em: <http://integratedreporting.org/>, em 05/10/2018

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

Jornal Oficial da União Europeia (2014). Diretiva 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22/10/2014. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=EN>, em 10/10/2018

Leocádio, M. (2017). Relato Integrado em Portugal, Dissertação de Mestrado, Pesquisa Científica, Relatório Comum. Disponível 05/10/2018 em: [https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_doc\\_id=127726](https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=127726)

Lozano, R. (2013). "Sustainability inter-linkages in reporting vindicated: a study of European companies", *Journal of Cleaner Production*, Vol. 51, pp. 57-65. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652613000449>, em 28/11/2018

Ministério das Finanças (2017). Diário da República Eletrónico n.º 145/2017, Serie I de 2017/07/28, Decreto-Lei n.º 89/2017, página 4267-4271. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/89/2017/07/28/p/dre/pt/html>, em 10/10/2018

Pereira, D. (2016). O Relato Integrado: Utopia ou Realidade, Dissertação de Mestrado, Pesquisa Científica, Relatório Comum. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/14349/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado-%20Daniela%20Pereira.pdf>

Pereira, D. e Carreira, F. , A nova era de relato: o relato integrado, Pesquisa Científica, OCC (2016), disponível em: [https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais\\_site/94.pdf](https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/94.pdf) , em 05/10/2018

Pwc South Africa (2018). King III Report - Corporate Governance, disponível em: <https://www.pwc.co.za/en/publications/king3.html> , em 10/02/2019

Reporting Principles and Standard Disclosures (2018). Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf> , em 20/04/2019



# **A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia**

**Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente**

Rodrigues, M.A., Morais, A.I. e Cunha, J.V. (2016). Integrated Reporting – O Novo paradigma em Corporate Reporting – Contabilidade e Relato, Pesquisa Científica, OROC, disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/72/Contabilidade.pdf> em 31/10/2018

SGS Portugal, SA. Sustentabilidade (2018). ISO 26000 – Avaliação de Desempenho – Responsabilidade Social, disponível em: <https://www.sgs.pt/pt-pt/sustainability/social-sustainability/audit-certification-and-verification/iso-26000-performance-assessment-social-responsibility>, em 10/02/2019

Task Force on Climate-related Financial Disclosures (2018), disponível em: <https://www.fsb-tcfd.org/>, em 10/09/2019

Tomé, M. B.F. S., (2014). O relato integrado e a responsabilidade social da empresa no contexto da economia social. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior De Contabilidade E Administração Do Porto - Instituto Politécnico Do Porto. Disponível em : [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5476/1/DM\\_MariaTom%C3%A9\\_2014.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5476/1/DM_MariaTom%C3%A9_2014.pdf), em: 01/03/2019

Whitehouse, T.(2013). Integrated Reporting Catches On, PwC Reports. Disponível em: <http://www.complianceweek.com/blogs/accounting-auditing-update/integrated-reporting-catches-on-pwc-reports>, em 01/02/2019

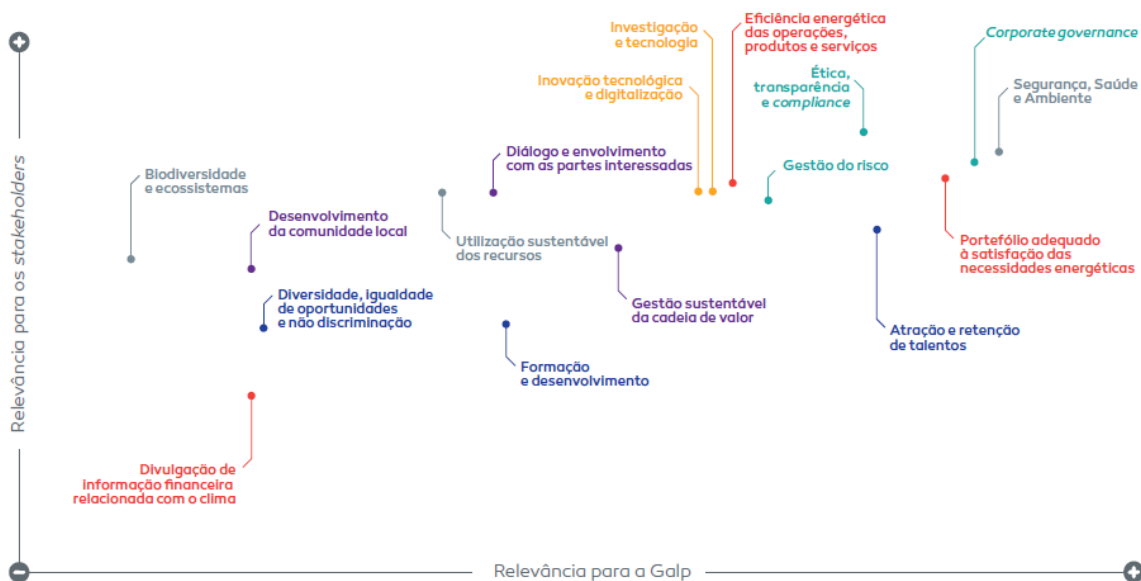
Yin, R. K. (2018). Case Study Research, Design & Methods (5ª ed). Thousand Oaks: Sage. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1742025/mod\\_resource/content/1/How%20to%20know%20whether%20and%20when%20to%20use%20the%20case%20study%20as%20a%20research%20method.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1742025/mod_resource/content/1/How%20to%20know%20whether%20and%20when%20to%20use%20the%20case%20study%20as%20a%20research%20method.pdf), em 30/03/2019

# Anexos

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Anexo 1 -Matriz materialidade da Galp - RI 2017



Fonte: Relatório Integrado da Galp 2017, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Anexo 2- Desenvolvimento sustentável da Galp - RI 2017



Fonte: Relatório Integrado da Galp 2017, em

<https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Anexo 3 - ODS materiais da Galp - RI 2017

Estamos comprometidos com a geração de valor partilhado, identificando oportunidades e interligando o sucesso da Galp ao progresso das comunidades em que operamos.

### **7. Energias renováveis e acessíveis**

Estamos focados em desenvolver novas soluções e oportunidades de negócio sustentadas por um portefólio de fontes de energia renovável competitivo e diferenciado.

### **8. Trabalho digno e crescimento económico**

Contribuímos para o desenvolvimento dos países onde estamos presentes, promovendo o bem-estar das populações.

### **12. Produção e consumo sustentáveis**

Garantimos o acesso a energia sustentável, oferecemos soluções de energia aos nossos clientes e promovemos a eficiência do seu consumo.

### **13. Ação climática**

Participamos de forma ativa e transparente nas iniciativas globais de resposta às alterações climáticas.

### **17. Parcerias para a implementação dos objetivos**

Envolvemos a comunidade e demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado.

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2017, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

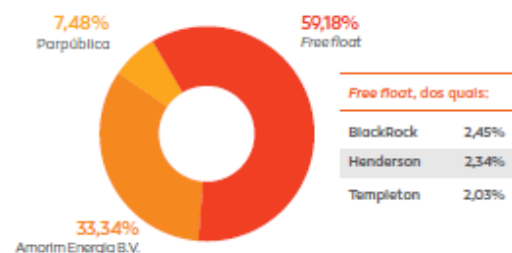
## Anexo 4 - Mercado capitais da Galp - RI 2017

### A Galp no mercado de capitais

#### Informação ao acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações, estando 93% das mesmas admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública), e referentes ao processo de privatização da Empresa.

#### Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2017



Para mais informações sobre a estrutura acionista consulte a secção 6. Governo societário, Parte I, A.II, ou o nosso website.

#### Distribuição do capital social

No final de 2017, cerca de 83% do free float, ou seja, o correspondente a 49% da base acionista total, era detido por investidores institucionais em cerca de 36 países nos cinco continentes. Os investidores situados fora da Europa representavam 49% do free float, estando a base mais representativa situada na América do Norte, onde os investidores institucionais representam 33% do free float da Empresa. Os investidores particulares representam cerca de 2% do capital social da Galp.

#### Desempenho da ação Galp

No final de 2017, a Galp tinha uma capitalização bolsista de cerca de €12,7 mil milhões (bn), representando uma valorização de 8% relativamente ao final de 2016. O retorno total para o acionista durante o ano, considerando a valorização da ação e os dividendos distribuídos, foi de 12%.

Durante 2017, o desempenho da ação da Galp superou o do SXEP (o índice europeu para o sector de Oil & Gas), que fechou o ano com uma desvalorização de 2%. Destaca-se que o preço do dated Brent aumentou cerca de 21% ao longo do ano de 2017.

#### Comparação da cotação da ação Galp com o índice SXEP em 2017



Fonte: Bloomberg

Em 2017, foram transacionadas 319 milhões de ações no mercado regulamentado (Euronext Lisbon), correspondente a 38% do free float da Galp. Considerando as operações realizadas em mercados regulamentados e não regulamentados, e de acordo com a melhor informação disponível, o total de ações transacionadas ascendeu a c.1,1 bn, uma média diária de 2,3 milhões de ações, correspondente a 130% do free float da Empresa.

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2017, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Anexo 5 - Matriz materialidade da Galp - RI 2018

Matriz de materialidade



Nota: de acordo com as melhores práticas, a Galp reporta apenas os temas identificados como materiais, pelo que a ilustração acima reflete o quadrante superior direito da matriz de materialidade.

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2018, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Anexo 6- Desenvolvimento sustentável da Galp - RI 2018

### O nosso contributo para o desenvolvimento sustentável



Fonte: Relatório Integrado da Galp 2018, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>



# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

## Anexo 7 - ODS materiais da Galp - RI 2018

### ODS materiais

#### 7. Energias renováveis e acessíveis:

Estamos focados em desenvolver novas soluções e oportunidades de negócio sustentadas por um portefólio de fontes de energia renovável competitivo e diferenciado.

- 23.948 t de biodiesel produzido
- 293.451 MWh de energia renovável produzida em 2018
- 55,7% da eletricidade comercializada de origem renovável

#### 8. Trabalho digno e crescimento económico:

Contribuímos para o desenvolvimento dos países onde estamos presentes, promovendo o bem-estar das populações.

- 98% de contratação local
- 10% de colaboradores com menos de 30 anos
- 93% de colaboradores abrangidos por seguro de saúde

#### 9. Indústria, Inovação e Infraestruturas:

Promovemos a inovação e o desenvolvimento tecnológico, bem como a criação de infraestruturas sustentáveis, resilientes e acessíveis a todos.

- Mais de €90 m de investimento em I&D planeado até 2021
- €12,0 m Investidos em I&D no E&P em 2018
- Parceira da Heriot-Watt University

#### 12. Produção e consumo sustentáveis:

Garantimos o acesso a energia sustentável, oferecemos soluções de energia aos nossos clientes e promovemos a eficiência do seu consumo.

- €13,5 m Investidos em projetos de ecoeficiência na refinação em 2018
- Consumiremos apenas eletricidade 100% renovável nas nossas operações em Portugal em 2021
- 18% de água reutilizada na refinação

#### 13. Ação climática:

Participamos de forma ativa e transparente nas iniciativas globais de resposta às alterações climáticas.

- Subscritora da Iniciativa Task-force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)
- Subscritora da Iniciativa de Zero Routine Flaring
- 71.305 tCO<sub>2</sub>e de emissões evitadas através de energia renovável e soluções de energia

#### 17. Parcerias para a implementação dos objetivos:

Envolvemos a comunidade e demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado.

- Membro do Business Council for Sustainable Development Portugal
- Subscritora dos Voluntary Principles on Security and Human Rights
- Compromisso com os dez princípios universais do United Nations Global Compact

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2018, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

# A prática de Relato Integrado - Estudo de Caso: Galp Energia

Célia Cristina Salvador Pimenta da Silva Vicente

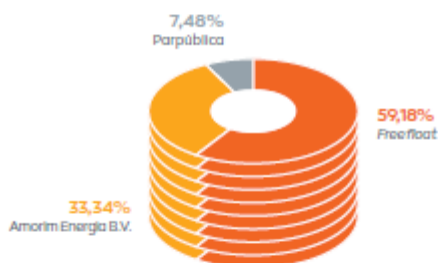
## Anexo 8 - Mercado capitais da Galp - RI 2018

### A Galp no mercado de capitais

#### Informação ao acionista

O capital social da Galp é composto por 829.250.635 ações ordinárias, estando 93% das mesmas listadas na Euronext Lisbon. As restantes ações são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, S.A. (Parpública). Todas as ações conferem os mesmos direitos de voto e económicos.

#### Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2018



Para mais informações sobre a estrutura acionista, consulte a Secção 7. Governo societário, Parte I, A.II ou o nosso website.

#### Distribuição do capital social

No final de 2018, cerca de 80% do free float, ou seja, o correspondente a 47% da base acionista total, era detido por Investidores Institucionais de 37 países em cinco continentes. Os Investidores Institucionais situados fora da Europa representavam 36% do free float, estando a base mais representativa situada na América do Norte. Os investidores particulares representam cerca de 2% do capital social da Galp.

#### Desempenho da ação Galp

No final do ano de 2018, a Galp tinha uma capitalização bolsista de cerca de €11,4 mil milhões (bn), representando uma desvalorização de 10% desde o final de 2017. O retorno total para o acionista (TSR) durante o ano, considerando a desvalorização da ação e os dividendos distribuídos, foi de -7%.

#### Comparação da TSR da Galp com parâmetros de referência em 2018



Fontes: Bloomberg  
<sup>1</sup>Eni, OMV, Repsol, Total; igualmente ponderado

Fonte: Relatório Integrado da Galp 2018, em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>